

LEITURAS



INTER NACIONAL: OU PORQUE DEVE A CGTP-IN ADERIR À CSI

Florival Lança, ex-responsável pelas relações internacionais da CGTP-IN, funções que desempenhou entre 1993 e 2008, publicou um livro cuja importância é inversamente proporcional ao escasso número de páginas – 94 de texto, a que se acrescentam 11 anexos, constituindo um volume de 166 páginas. Com um rigor intelectual “à prova de bala” e sustentado num conjunto de documentos que publica, Florival Lança demonstra como é um grave erro a não adesão da CGTP-IN à CSI (Confederação Sindical Internacional) e de como tal decisão empobrece a participação na construção de soluções alternativas globais

ao ataque actual do capitalismo contra os trabalhadores. Na altura militante do PCP, Florival Lança demarca-se da posição de não adesão imposta pela maioria comunista da central, em consonância com as orientações gerais dos partidos comunistas de apoio à FSM, uma central moribunda da qual se afastaram quase todas as centrais sindicais europeias, nomeadamente aquelas com que a CGTP-IN tem relações de trabalho sindical.

Florival Lança historia o processo de construção da CSI na sequência da fusão da CSIL e da CMT e, reconhecendo embora que na nova central (CSI) se encontram forças sindicais conservadoras, sublinha também que a adesão – procurada desde o início – a esta nova realidade, de inúmeras federações sindicais “de classe” e de esquerda, cria condições para um progresso na luta pela defesa dos trabalhadores e pela construção de sociedades mais justas.

A edição, prefaciada por Paulo Sucena, foi apoiada pelo SPN e pelo SPGL, sindicatos que no último Congresso da CGTP-IN defenderam a adesão da nossa central à nova confederação internacional. O livro pode ser adquirido nos serviços do SPGL, ao preço de 6 Euros a que acrescem 2 Euros se pedido para envio via CTT.

BLOGS



Caminhos da Memória

<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/>

Blogue que pretende dar voz a diferentes formas de lembrar, de evocar e de

interpretar o passado, recorrendo a leituras contemporâneas da história e da memória.

A redacção é constituída maioritariamente por membros da Associação «Não Apaguem a Memória!»



Rei dos Leitões

<http://reidosleitoes.blogspot.com/>

Blogue de um professor de análise sociopolítica, contanto estórias de forma afectuosa e/ou mordaz de forma brilhante.

SITES



Bússola Política

<http://static.publico.clix.pt/sites/bussola/default.htm>

O PÚBLICO adaptou para português o teste do conhecido site [Political Compass](http://www.politicalcompass.org/), dando-lhe o nome de Bússola Política, e pediu a três influentes militantes do PS que respondessem às mais de 60 perguntas que permitem colocar o respondente num sistema de coordenadas que representam o espectro político. Pode saber onde se situam o Candidato Manuel Alegre e o Primeiro-ministro José Sócrates.

Também pode fazer o seu próprio teste.

Aqui <http://www.politicalcompass.org/test>, porque em português pode não estar disponível.

A ESCOLA EM TEMPOS DE CRISE PROFUNDA

É uma banalidade dizer que a Escola Pública reflecte os problemas com que a sociedade se debate. E mesmo que tente, no limite da sua boa vontade, neles intervir, a eficácia da sua resposta será sempre pontual, centrada na resolução de um ou outro caso individual, certamente importante porque nele se envolvem pessoas, mas que deixará intacto o problema social que lhes está na origem. Continuamos mergulhados numa crise que é social, económica mas também de confiança. Passadas as efémeras festas futebolísticas e papais, voltamos à nossa trivial e angustiada tristeza.

Seria desejável que a escola pública fosse um espaço de contra-corrente: um espaço de esperança e de alegria. Mas objectivamente não o consegue ser. A alegria de ser professor foi gravemente mutilada pelas sinistras figuras de Lurdes Rodrigues e Valter Lemos (permito-me, apesar de tudo, ter ainda uma réstia de esperança na actual equipa). Mantém-se a corrida às aposentações mesmo que penalizadas, mantém-se a revolta contra um modelo de avaliação de desempenho que tornará as relações interpessoais num inferno dentro de cada escola, mantém-se a falta de autonomia para que cada escola possa encontrar as melhores soluções para o sucesso dos seus alunos. Mantém-se sobretudo a indefinição da resposta à pergunta: para que serve a Escola neste tempo de profunda crise? Que deverá desdobrar-se nesta outra: como se pode organizar a Escola para que não seja ela própria factor de agravamento da crise social?

Se a crise se agudizar – infelizmente parece que esse é o caminho – aumentarão a indisciplina, o insucesso, o mal-estar. E vai ser pedido aos professores e educadores um esforço suplementar de lucidez e de coragem para fazer de cada escola um espaço onde se acredite no futuro e onde se preparem as novas gerações para esse futuro, por mais incerto que ele se apresente. Crescerá a importância dos professores e educadores. Temo porém que nem Sócrates nem Isabel Alçada estejam à altura de humildemente reconhecerem que é com os professores e não contra eles que a escola pode cumprir a sua hercúlea tarefa. Ou seja, é preciso uma completa inversão do rumo traçado nestes últimos anos.

Porque a mudança só se faz com energia e com luta, a Manifestação do próximo dia 29 de Maio é muito importante: é mais uma vez um apelo a que nos deixem ser professores para que a escola possa seriamente funcionar. ■

Neste número:



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

10º Congresso da FENPROF

16 Cidadania

Uma moeda única sem política económica comum

17 Escola/Professores

17. Elementos para uma reconfiguração da profissão docente

19. Entre o martelo e a bigorna

20. Avaliação e concursos

Dar a volta à precariedade

21. E se Bolonha valeu a pena?

24. Uma vez mais os concursos e o reino do faz de conta

25. Sobre o Estatuto do Aluno

26. Ensino Particular e Cooperativo

27. Aposentados e reformados têm de ter mais acção e visibilidade

28. Participação disciplinar muito grave

30 Opinião

Teologia da Dominação

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Protecção na parentalidade (continuação):

Licença parental complementar

ÚLTIMA HORA:



**MINISTRA
CONDENADA por
desobediência
ao tribunal**





“Dar valor aos professores:

MELHOR PROFISSÃO;
MELHOR ESCOLA PÚBLICA;
MELHOR FUTURO!”

A intervenção do SPGL no 10º Congresso da FENPROF

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº237 ABRIL/MAIO 2010

■ “Dar valor aos professores: melhor profissão; melhor escola pública; melhor futuro!”, foi o slogan que enformou os trabalhos do 10º Congresso da FENPROF, realizado em Montemor-o-Novo a 23 e 24 de Abril. Um slogan bem oportuno num momento particularmente difícil para os professores e para a escola democrática. Nesta breve síntese dos trabalhos do Congresso, o nosso enfoque vai para a participação do SPGL, através da inclusão de excertos de algumas intervenções, tendo em conta factores como a sua diversidade e relevância.

Com mais de 800 delegados presentes, num debate que se desenrolou em dois dias, o Congresso foi marcado por alguns momentos e factos simbólicos, como a homenagem prestada a amigos desaparecidos, ou a presença dos anteriores secretários-gerais da FENPROF.

“Encontramo-nos aqui, essencialmente, para pensarmos o futuro. É nisso que apostamos, é nessa construção que nos empenhamos. Sairemos daqui mais fortes e ainda mais coesos” - palavras de Mário Nogueira na primeira sessão do Congresso e que o desenrolar dos trabalhos viria confirmar.

Questões como o ECD, a avaliação, a precariedade laboral, os direitos sindicais, estiveram sempre presentes. Tal como a frente de luta pela gestão democrática.

“O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas – lembrou Manuela Mendonça – A democratização do governo da escola deve ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e da cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica”.

Na Resolução sobre a Acção Reivindicativa sobressai nomeadamente a prioridade da luta por uma profissão estável, contra a precariedade. A corroborar uma questão oportunamente lançada ao Congresso, por Vítor Miranda: “Quantos contratados estão aqui na sala?”

Uma luta de todos que irá prosseguir nos próximos três anos. Por uma escola de sucesso real para alunos e professores, como foi sublinhado por António Avelãs. ■

Os documentos do Congresso podem ser consultados em: www.fenprof.pt
As intervenções do SPGL no Congresso podem ser consultadas em: www.spgl.pt

Relembrar princípios básicos

António Avelãs

• Presidente do SPGL



Relembrar princípios básicos:

- Que um bom trabalho sindical exige a coragem de tomar decisões que não são de aplauso fácil – pelo contrário decisões que serão objecto de crítica, quase sempre ignorante e irresponsável, senão mesmo de ofensas gratuitas. Fizemos um bom trabalho sindical quando colectivamente decidimos assinar o Memorando de Entendimento (Maio de 2008), sem o qual teríamos conduzido a luta dos professores e educadores para um “glorioso” beco sem saída. Todos sabemos os “mimos” com que todos – e particularmente o Secretário-geral - fomos presenteados por esta difícil lucidez. Fizemos um bom trabalho sindical quando assinámos o Acordo em 8 de Janeiro de 2010, certamente não o acordo ideal – muito longe disso! -, um acordo aliás com limites difíceis de aceitar por um significativo número de docentes, mas que nos repôs no caminho para a reconfiguração da profissão docente. Mas ainda agora, neste mesmo Congresso, podemos ler os mimos que por tal decisão nos oferecem...

Fizemos um excelente trabalho sindical quando, apesar mesmo de divergências entre nós, decidimos viabilizar o Acordo de Carreiras no Ensino Superior Universitário e Politécnico, não nos deixando intimidar pelo vozear irresponsável do SNESup, por dezenas de “mails” insultuosos e pela ameaças (infundadas) de

que era melhor não irmos às Escolas do Politécnico, porque de algumas poderíamos “não sair vivos”... Fomos lá, e não só saímos vivos como conquistámos o apoio dos docentes e aumentámos a sindicalização!

Fizemos um excelente trabalho sindical quando assinámos acordos e contratos em diversas áreas do Ensino Privado, recusando o posicionamento puro mas inútil dos que entendem que assinar é sempre trair a classe

- Mas estes três anos fizeram-nos também recordar que, **no trabalho sindical, nunca podemos perder de vista os objectivos estratégicos**, que têm de deixar de ser meros slogans gerais para serem conceitos operacionalmente definidos. Não basta dizer que lutamos por uma Escola Pública de Qualidade para Todos se não formos capazes de definir como se constrói essa qualidade, isto é, como organizamos os currículos e os programas, que tipo de escola pretendemos, que exigências para as aprendizagens, etc...

Não adianta dizer que queremos uma escola de qualidade para todos se não encontrarmos modos não fictícios de combater o insucesso e abandono escolares. E se é certo que no nosso Plano de Acção se abordam estas questões, não custa acreditar que as análises aí apresentadas exigem um aprofundamento cuidado. O aprofundar destas questões, creio, deveria ser o “trabalho de casa” do Conselho Nacional que vamos eleger - Estes três anos mostram-nos ainda que **só a unidade constru-**

ída a partir do reconhecimento das divergências e da crítica assumida face ao real permite o crescimento e a coesão das instituições fortes. E a FENPROF é uma instituição forte! Unidade na diferença que permitiu que se mantivesse até ao limite uma Plataforma Sindical com todos os sindicatos de professores do país! Uma prática que, infelizmente, o movimento sindical não docente parece não apreciar, como o traduz a incapacidade de unidade séria e construtiva entre a Frente Comum e os outros sindicatos nas lutas no âmbito da Administração Pública.

Internamente, foi a capacidade de unir superando diferenças e divergências que permitiu que, colectivamente e com uma atitude sindicalmente séria de todos nós, tenha sido possível construir uma FENPROF unida em torno do essencial. E é justo que se realce o papel que o Secretário-geral desempenhou nesta construção. A FENPROF estará no caminho certo se continuar a assumir as diferenças entre os seus sindicatos não como um problema mas como uma fonte de energia que sempre se renova. Tenho a certeza que nestes próximos 3 anos, com o nosso esforço colectivo, continuaremos a construir um sindicalismo eficaz na defesa dos nossos objectivos estratégicos, que queremos que sejam também **objectivos estratégicos** do país. De entre eles sobressaem a **vinculação dos contratados, a denúncia da precariedade e uma escola de sucesso real para alunos e professores.** ■

Os contratados, a avaliação e a precariedade

Vitor Miranda

• Dirigente do SPGL

Membro da Frente de Professores e Educadores Contratados e Desempregados

No presente ano lectivo de 2009/10, foram mais uma vez os **contratados** apanhados pelo mesmo modelo de avaliação que se quis revogado e que apenas foi adiado para alguns. Novamente, e pelo terceiro ano consecutivo, os **contratados** foram os únicos a serem avaliados por um modelo, injusto, falacioso e moribundo (moribundo mas não tanto, pois o 1/A 2008 a eles se aplicou).

O processo e o modelo que pareciam mortos, afinal ali estavam, de novo, a pairar sob todos os que seriam avaliados. Mas afinal não o foi para todos os professores. Os que estavam em condições de fazer uma apreciação intercalar, e que inicialmente estavam indicados para fazê-la pelo o 1 A, viram surgir uma alternativa: a entrega de um relatório. Mas para os **professores contratados** tudo na mesma.

Mais uma vez os **professores contratados** vão para a linha da frente. Sob o jugo da necessidade de se obter uma avaliação para se manterem a concurso e lhes ser contado o tempo de serviço, algumas escolas dão, então, os 1ºs passos na avaliação dos **contratados**, mas muitas outras aguardam ainda por mais instruções.

Pelo 3º ano consecutivo os **professores contratados** serão ava-

liados pelo mesmo modelo, serão cometidas as mesmas ilegalidades e decisões aleatórias e, desta vez, a sua avaliação fará parte, definitivamente da graduação a concurso. Este ano só para estes e para alguns professores dos quadros. Para o ano para todos. Mais uma vez são os mesmos, o elo mais fraco, os que têm os horários mais sobrecarregados, os que ganham ao fim de muitos anos de trabalho como se iniciassem a sua função na véspera, os precários, em suma os **contratados**, a serem as cobaias da aplicação de um modelo com comprovadas injustiças na sua génese, rejeitado pela classe globalmente! Rejeitado pela FENPROF.

Queixamo-nos, muitas vezes, que estes não estão mobilizados, que não aparecem, que são sempre os mesmos. Pode até ser verdade mas também o é que, nos últimos anos, estes nada receberam. Continuam na precariedade, no desemprego; continuam a vencer por índices remuneratórios que deixaram de constar do ECD desde 2007; a maioria deixou de estar inscrito na CGA e ADSE e passou para o sistema da Segurança Social; os seus contratos foram os primeiros a sofrer alterações e passaram a ser resolutivos e a termo certo; perderam a possibilidade de se manterem nas escolas mesmo que lá leccionassem até 31 de Maio; viram acabar



as colocações cíclicas e a transparência dos concursos; continuam a desempenhar as mesmas funções; continuaram sem uma palavra sobre eles nos acordos; continuam sem pertencer aos quadros independentemente dos anos de serviço que têm. Continuam sem ver quaisquer luzes no fundo do túnel mas continuam a ser avaliados por um modelo que, pelos vistos, não serve a ninguém mas lhes serve a eles. A avaliação bi-anual não será para os outros (mais uma vez) mas será para eles. Colegas, devemos reflectir muito bem sobre como chegámos a este ponto da não participação activa dos **contratados**; devemos todos nós olhar para o lado e compreender o que é ser **contratado**; devemos saber que hoje cerca de 30 % dos professores nas escolas são **contratados**. Temos o dever de perceber quais os seus problemas e o que é a precariedade.

E é por tudo isto que não nos podemos ficar apenas com as palavras de consolo e de dizer “mas tentámos”. Devemos sim concretizar e consolidar os actos.

A FENPROF não se deve ficar por intenções e por escritos e não podemos, de todo, ficar reféns das promessas daqueles que já deram provas do que nos pretendem fazer. ■



Os tempos que se avizinham voltam a ser para voltar à luta

Francisco Santos

• Delegado Sindical

Hoje, nas escolas, ouvimos um discurso de descrença de muitos dos nossos colegas, alimentado por alguns despeitados, que nas caixas de comentários dos blogues (e nalguns casos como autores/editores desses blogues, a quem a comunicação social dá protagonismo) se entretêm a criticar os sindicatos (com alvo preferencial na FENPROF e no seu secretário-geral), fazendo o frete não só ao governo, mas também a todos quantos, à direita, ambicionam destruir o sindicalismo de classe e a sua postura combativa. Infelizmente, por vezes, também entre nós se ouvem vozes de desistência e de descrença na luta. É algo que é inaceitável, não só porque nos faz sermos menos combativos, mas porque essa postura, mesmo que de forma imperceptível e não desejada, acaba por se transmitir aos colegas, diminuindo a possibilidade de os mobilizarmos para a luta e para a intervenção cívica. É contra esta situação que temos que combater quando, na próxi-

ma segunda-feira, regressarmos ao nosso posto de trabalho: a sala de aulas e a sala dos professores. É aí que vamos ganhar mais esta guerra para que o governo de Pinto de Sousa e Teixeira dos Santos nos empurram. (Sem esquecer que, nesta guerra, Isabel Alçada e Alexandre Ventura têm a responsabilidade de se terem disponibilizado a fingir que a política ia mudar).

• Com a mesma combatividade de que a FENPROF, e os sindicatos que a integram, deu provas ao longo da anterior legislatura, **é hora de dizermos à ministra da Educação e ao seu SE que BASTA!** (Se não têm o sobressalto cívico que os faça resignarem aos cargos governamentais que ocupam, sem os poderem exercer devido aos constrangimentos impostos pelo ministro das Finanças e pelo 1º ministro, então **serão os professores, sob a liderança da FENPROF, quem deve exigir a sua demissão imediata**).

• Mas também com a firmeza e a combatividade que demonstrámos frente a Maria de Lurdes Rodrigues, num contexto de total desrespeito pelos direitos dos professores e dos seus sindicatos

representativos, de que ficou o exemplo da resistência permanente da FENPROF, desde o 9º congresso, aos ataques violentíssimos que o governo fez à nossa classe.

Essa resistência culminou com uma participação muito significativa dos professores e dos outros funcionários das escolas na manifestação da Frente Comum, em Novembro de 2007, que foi um primeiro passo que conduziu às extraordinárias mobilizações das manifestações de 8 de Março e de 8 de Novembro de 2008, ambas com mais de 100.000 professores a inundarem Lisboa, seguidas de duas enormes greves que pararam as actividades lectivas de norte a sul do país.

Essa resistência e os números significativos de participação e adesão às vigílias nas capitais de distrito, às manifestações nacionais e às greves, foram o fruto de um trabalho sindical consequente, mas também de uma procura de unidade e colaboração com todos os professores, consubstanciada na Plataforma Sindical. ■

Reforçar a legitimidade e eficácia da Acção Sindical

Oscar Soares
•Dirigente do SPGL

Há três anos se nos dissessem que os professores fariam duas manifestações com 100.000 participantes, que um ECD inaceitável para a classe, depois de lhe ter sido imposto, publicado e dado início à sua aplicação, seria revisto em aspectos fundamentais como resultado da nossa luta, que nos recentes processos eleitorais os professores se viram transformados em objecto central da respectiva campanha, não acreditaríamos!

Mas, se isto é verdade, também o é que em termos de resultados concretos na obtenção dos nossos principais objectivos ao nível do Estatuto, da avaliação de desempenho, da gestão, da estabilidade e direito ao emprego, estamos longe do que entendemos como justo e necessário. O exercício da profissão é hoje, bem mais desgastante e frustrante do que o era há bem pouco tempo – a corrida às reformas, mesmo com fortes penalizações é disso uma boa prova.

Temos de aproveitar as lições do processo reivindicativo dos últimos três anos em torno do ECD, valorizar e aproveitar os seus aspectos positivos, identificar e corrigir erros e insuficiências, reforçar as nossas capacidades organizativa, reivindicativa e negocial.

A primeira conclusão dessa análise é a de que NÃO FOI POR ACASO o que se passou e a imagem que ficou da luta dos professores!!

A **capacidade de mobilização e de luta da FENPROF** foi determinante, como o é também o seu es-

forço para construir e reforçar a unidade entre os professores e as suas organizações sindicais, como é o caso da Plataforma Sindical. Não é fácil o que a FENPROF tem feito, aceitando ter o mesmo peso com os seus mais de 60.000 associados, que organizações com 1.000 sócios ou menos, mas viabilizando assim a Plataforma e o clima psicológico fortemente mobilizador e de unidade que se estabeleceu entre os professores.

Acentuo ainda a realidade do seu **funcionamento democrático**, apesar das limitações e dificuldades, **bem consubstanciada na sua intervenção nas escolas, mas também na consulta directa da classe** – dando-lhe a última palavra nas decisões a tomar em momentos decisivos do processo reivindicativo e negocial, como aconteceu com o dia D, que se seguiu ao “entendimento” celebrado com o ME.

De assinalar a **legitimação das decisões** tomadas, em resultado de consultas alargadas, como o foi no caso do entendimento, clarificando qual a posição da grande maioria dos professores e permitindo ultrapassar sem grandes custos uma decisão difícil e polémica, mas necessária.

Esta questão da legitimidade é importante e polémica, pois muitos consideram que a FENPROF já a possui, como resultado da sua prática democrática, da sua ligação às escolas, da sua representatividade. Sendo verdadeira tal legitimidade, ela deve ser reforçada por, em momentos como no final de um processo negocial e reivindicativo, perante a possibilidade de levantar ou



não de uma forma de luta, de fazer o balanço de ganhos e perdas, os professores serem chamados a participar dessa importante decisão, o que aumenta o comprometimento dos professores para com as decisões adoptadas, aumentando significativamente o nº de aderentes aos processos reivindicativos.

Esta metodologia só é possível se nos órgãos dirigentes houver capacidade de discussão, pluralismo, diversidade, mas também a consciência de que tal solução não se pode banalizar, nem pôr em causa a legítima capacidade executiva das nossas estruturas dirigentes. Há sobre esta matéria um profundo debate a travar e um complexo caminho a percorrer, num combate essencial para construir um sindicalismo reivindicativo, democrático e verdadeiramente em unidade, assim reforçando a capacidade de alcançar os nossos objectivos.

Gostaria de identificar e realçar um outro aspecto que me parece fundamental: **a importância da existência e da intervenção de activistas e delegados sindicais nas escolas e do seu papel dinamizador**, aspectos em que se somos incomparáveis com qualquer outra organização, há contudo que reconhecer, para as ultrapassar, as grandes deficiências e insuficiências com que nos defrontamos, sendo necessária uma reflexão profunda para encontrar respostas concretas às efectivas dificuldades que se nos colocam.

Prestigiar e dar condições de intervenção aos activistas, delegados e dirigentes sindicais, constitui assim, para todos nós um grande desafio para o futuro. ■

Sindicalismo docente em tempo de globalização

Um outro mundo é possível

Dossier

10º CONGRESSO DA FENPROF



“Sindicalismo docente em tempo de globalização” foi o tema da Conferência Internacional que antecedeu os trabalhos do 10º Congresso da FENPROF. Uma conferência em que participaram delegados da Europa, América Latina, África e que proporcionou uma significativa diversidade de abordagens.

Que sindicalismo para o futuro? Que soluções alternativas, apostando simultaneamente na diversidade e na cooperação? Em que medida e de que forma o sindicalismo se inscreve numa luta mais geral pela liberdade e pelos direitos sociais? Estas algumas das questões abordadas pelos vários oradores. Quer numa perspectiva de princípios a defender e/ou definir. Quer invocando realidades e exemplos concretos. Numa incontornável articulação entre estas duas ver-

tentes.

Como pano de fundo, a necessária resistência e o combate à globalização neo-liberal. “Nos tempos que correm – como sublinhou Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF – a acção sindical deve e tem de ser articulada e pensada, em muitos domínios, de forma supranacional, independentemente das respostas que, em cada país e de acordo com a sua realidade e as suas especificidades, os trabalhadores e as suas organizações representativas serão obrigados a dar”.

Autonomia e diversidade

“Falando do futuro”, Manuela Mendonça, representante das relações internacionais da FENPROF na Europa, concluiu a sua intervenção sublinhando a necessidade de delinear caminhos para “o reforço da nossa acção, articulada com a de outros movimentos sociais” e “construir uma ampla frente de luta por uma globalização verdadeiramente alternativa”.

Nesta perspectiva citou o livro “Inter nacional” de Forival Lança, recentemente editado, em que o autor sustenta a necessidade de “reforçar a credibilidade, a legitimidade, a representatividade e a autonomia do movimento sindical – autonomia face aos poderes instituídos, ao patronato e aos partidos políticos – e de o tornar mais forte, mais capaz e mais eficaz”.

Desenvolvendo esta ideia, Manuela Mendonça referiu diversas questões: reforçar a unidade na diversidade e pluralidade; afirmar caminhos alternativos e procurar formas de os atingir; prever, acompanhar e influenciar as agendas políticas; renovar e reforçar a capacidade de representação. E sublinhou, nomeadamente, a urgência de “uma profunda renovação dos sindicatos, a vários níveis: cultural, geracional, das políticas reivindicativas e das formas de luta (é preciso analisar a sua eficácia), de organização e funcionamento interno (reforçando regras democráticas), das suas direcções, favorecendo uma maior participação das mulheres

e dos jovens – que muitas vezes vêm o sindicato como algo distante das suas expectativas e da sua linguagem”.

Abel Macedo, coordenador do SPN, reforçou a ideia de diversidade, salientando que a busca não é em torno de uma resposta única. O que está em causa é a valorização das diferentes soluções – assente no esforço de cooperação entre povos – como forma de construir soluções alternativas às soluções neoliberais. Na perspectiva de que – como é lema dos Fóruns Sociais – um outro mundo é possível.

A importância de promover e defender um sindicalismo autónomo e a diversidade de respostas, assim como formas de cooperação a nível internacional, foi igualmente defendida por vários membros das delegações estrangeiras.

A representante do SNES, de França, Dominique Giannotti realçou a necessidade de uma unidade sindical a nível europeu e de participação sindical no intermundialismo, com associações e outras organizações, como forma de contrapor propostas alternativas aos ataques neo-liberais. Eduardo Pereyra, do CTERA, Argentina, frisou a importância de um sindicalismo autónomo, mas não neutral. E, ao sublinhar a necessária unidade da classe trabalhadora a nível mundial, lembrou que “aprendemos uns com os outros, com as diferentes realidades”, nomeadamente com algumas experiências de mudança.

Desafios e problemas

A década de 80 foi, na América Latina, a década da queda das ditaduras militares, lembrou Fernando Rodal, secretário-geral da CEA (Confederação de Ensino Americana), em breve historial sobre a realidade sócio-política da América Latina. O salto, em termos de crescimento demográfico, então registado, e a necessidade de incluir os que estavam fora do sistema educativo, surge como um desafio, tendo-se re-

gistado avanços significativos. Seguem-se, na década de 90, a ascensão e crise do modelo neoliberal, numa quadro em que se colocam questões como a dicotomia quantidade-qualidade, profundas assimetrias entre os vários países e no interior de cada país. E o repto – numa zona geográfica que há quem considere como um cadinho de mudança – à capacidade de criar relações sociais mais justas.

Um quadro de desafios e problemas que – como foi referido pelos representantes de delegações de vários países, nomeadamente da América Latina e de África – assume as mais diversas expressões. Partilhando, entretanto, algumas questões comuns.

É o caso, por exemplo, da privatização do ensino (ou sua sujeição a uma lógica empresarial). No Brasil, como foi referido por Fábio Zambon, da CONTEE, “Além da expansão descontrolada da educação superior privada, sem qualquer controle de qualidade ou preocupação com as necessidades do país, a partir de 2005 vivenciamos uma radicalização do processo de mercantilização da educação com a entrada das Instituições de Ensino Superior (IES) na Bolsa de Valores”. Na Argentina, o processo de Bolonha está a ser financiado pelo banco Santander. Na Europa, a União Europeia tem vindo de facto a submeter a investigação à lógica da competição mundial. Outra questão comum (na verdade estreitamente interligada com a da privatização/comercialização do ensino): o desafio da qualidade. Em defesa de uma escola pública de qualidade, o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, do Brasil, questionou: *qual qualidade? Para responder: a qualidade que liberta, a qualidade que leva a que as pessoas sejam donas do seu destino.*

De qualidade (ou da sua falta) falaram vários representantes de países de África. A deficiente formação de professores, graves problemas salariais e ausência de direitos são problemas co-

muns que, naturalmente, põem em causa a qualidade do próprio sistema de ensino. O representante da Guiné-Bissau falou de um processo de ensino “rudimentar e mecânico”, com falta de materiais, material de apoio e até de mobiliário. Em Moçambique, e de acordo com as lógicas do FMI, a formação dos professores corresponde a um ano (após conclusão de 10 anos de ensino básico).

Escola como espaço de construção alternativa

Mesmo em quadros particularmente difíceis, é possível construir alternativas. E as escolas ainda são locais onde se pode “criar um outro mundo”. Um mundo em que a democracia e a solidariedade são uma realidade. Neste sentido apontam as três histórias factuais relatadas por Gabriela Giorgetti, da FLC CGIL, Itália. Histórias breves, que falam por si.

A primeira: as autoridades de Milão decidiram destruir um acampamento de ciganos. Como resposta, a escola resolveu ajudar as crianças. Agora existe uma rede de pais que se encarrega de ir buscar as crianças ciganas, que vivem na periferia, para as levar à escola.

Outra história; em duas cidades foi negado o direito à refeição a crianças cujos pais tinham deixado de ter a possibilidade de a pagar. Então, as outras crianças passaram a partilhar a sua refeição. Por último: o governo de Berlusconi decretou que os filhos dos “sem papéis” não poderiam ir à escola, pedindo mesmo a denúncia dos casos que surgissem. Os professores, naturalmente, recusaram.

Um punhado de histórias simples – como haverá muitas outras um pouco por todo o lado. Mas que testemunham – de forma muito concreta e palpável – que um outro mundo é possível e que a escola tem, sem dúvida, um papel a desempenhar na sua construção. ■



FOTO: JORGE CARIA

Estamos a navegar em águas mais ou menos desconhecidas

Depoimento de Fernando Rodal,
secretário-geral da CEA (Confederação de Educadores Americanos)

Neste breve testemunho, Fernando Rodal fala-nos de tendências, das transformações que se vêm registando em alguns países da América Latina. E, sobretudo, das diferentes concepções de qualidade da escola e do ensino.

Nos anos 80-90, na América Latina, há um grande crescimento da população e houve necessidade de a escola acolher essas crianças e jovens. Mas, muito embora estas crianças e jovens entrassem na escola, também rapidamente a abandonavam. Permaneciam muito pouco tempo dentro do sistema escolar. E, quando se fazia uma avaliação, os resultados eram muito fracos.

Coloca-se então a questão da qualidade. E aí surge um grande debate.

No debate **em torno da ques-**

tão da qualidade surgem duas concepções muito claras e distintas:

- Uma perspectiva da qualidade ligada ao objectivo neo-liberal. Ligada à produtividade, à meritocracia. Que retira do centro do debate a questão político-educativa e coloca somente a gestão como o motor. Não uma gestão democrática. Mas uma gestão na perspectiva meramente neo-liberal. Em que a preocupação não é ter o aluno em condições adequadas, garantir um desenvolvimento equilibrado, harmonioso. Considera a educação como se fosse uma equação puramente económica.

- A outra perspectiva defende a necessidade de uma gestão democrática. Defende uma qualidade socialmente referenciada. Que é muito diferente da qualidade defendida pelo neo-liberalismo.

Tudo isto deu lugar a um debate. E penso que esse debate finaliza com o fracasso rotundo da visão neo-liberal. Muito embora nada disto seja igual nos diferentes países. Falamos apenas de tendências.

E aí, penso que os movimentos populares, os sindicatos, inclusive os novos governos de esquerda, introduzem um conceito de qualidade com outras dimensões, que a dinâmica neo-liberal deixava de fora. E agora estamos a viver este processo. Trata-se de uma tendência, que assume formas muito diferentes, conforme os diversos países. Mas que vai numa direcção bem diferente da anterior.

Só para dar **alguns exemplos**. Na Venezuela, o esforço que vem sendo feito pela criação de universidades públicas, a alfabetização. No caso do Uruguai, há participação dos trabalhadores da educação na elaboração de leis referentes à educação. Muito embora a lei, quando vai para o parlamento, nunca tome em consideração a totalidade das propostas apresentadas pelos trabalhadores. É uma situação muito diferente da que nós tínhamos nos anos 90. Os trabalhadores da educação têm agora a possibilidade, para além da participação, de negociar o salário. Nos anos 90, a grande maioria dos governos não negociava nada. Ou seja, decidiam sempre aumentos salariais abaixo da taxa de inflação. O que correspondia a uma perda de salário real. Em muitos países da América Latina já se conseguiu, nas negociações salariais, aumentos acima da taxa de inflação. O próprio orçamento para a Educação aumentou muito. Esta é sem dúvida uma tendência em vários países da América Latina.

Tudo isto tem a ver com a qualidade do ensino. O financiamento, a negociação, a participação dos trabalhadores (e dos estudantes, dos pais) na elaboração e aplicação das políticas educativas – tudo isto constitui um conjunto de coisas que ainda estão muito embrionárias. Mas alterou a direcção das políticas dos anos 90.

Isso não quer dizer que não existam contradições, que os trabalhadores não tenham ainda muitas reivindicações pela frente. Isso não quer dizer que os trabalhadores não devam manter a independência da sua classe. Tem que haver sempre um espaço entre a classe trabalhadora e os governos. Mesmo que o governo seja favorável aos interesses dos trabalhadores. É um subtil equilíbrio.

Em termos de pedagogia e de êxito escolar dos alunos, os anos 90 foram considerados como a década das reformas (multi-reformas). Ainda é tudo muito recente. Em todas as áreas. Na área da formação de professores. Na área dos currículos escolares. Na área do grande debate em torno de se a educação tem de ser feita por áreas, por professor único na educação básica.

Outra questão em debate – há quem privilegie a inserção social como elemento principal do trabalho educativo face aos conteúdos (para evitar que o jovem fique na rua, na praça, com a droga, com tudo isso). E há quem privilegie conteúdos mais profundos frente à inserção social do aluno na escola.

É um debate que ainda não tem um rumo muito claro. Porque, quando a situação nas ruas é muito complicada, há uma tendência para utilizar o centro educativo para enquadrar socialmente o aluno. Mas, para que ele aprenda em profundidade, para que não fique à margem da sociedade, é preciso que a escola cumpra o seu papel no que respeita à profundidade de conteúdos, da formação. A escola tem que ter recursos, tem que ter possibilidades de investigação.

Resumindo – não estamos preparados para lidar com esta quantidade de novos problemas que a juventude traz da sociedade para dentro da sala de aula. E não podemos dar apenas respostas pontuais aos problemas emergentes. É uma situação muito difícil. Estamos a navegar em águas mais ou menos desconhecidas. ■



FOTO: JORGE CARIA

Unidade, Alianças e Autonomia

Depoimento de Eduardo Pereyra, Secretario de Relaciones Internacionales, CTERA

Três chaves para a acção sindical dos trabalhadores da educação no mundo de hoje.

1. É necessária a mais ampla **unidade** de todos os docentes para que a acção seja o mais forte possível perante um inimigo que é muito poderoso e que tem os recursos, as ferramentas e o poder para afirmar uma hegemonia de pensamento nas nossas sociedades e, não só impedir novos avanços, como impor recuos nos direitos históricos.

2. Devemos construir o mais amplo leque de **alianças** com os vários sectores da comunidade, sejam eles sindicais, culturais, organizações que lutam pelos direitos de género ou diversidade de opções sexuais, igrejas, cooperativas, etc., que permita criar uma rede de forças que constitua uma massa crítica capaz de contrapor, a essa hegemonia do pensamento neoliberal, uma outra que seja expressão da vontade popular em defesa de uma escola pública de qualidade para todos.

É preciso não esquecer, quando lutamos pelos direitos dos trabalhadores, que somos trabalhadores de um direito: o direito social à educação, e isto só

se conquista envolvendo toda a sociedade na sua defesa.

3. **Autonomia:** A organização sindical deve ser autónoma, nas suas análises, debates e resoluções, em relação aos partidos políticos, ao patronato e ao Estado. Entretanto, autonomia não deve ser confundida com neutralidade. Ou seja, quando estão em jogo os interesses e as necessidades dos trabalhadores, o sindicato não pode ser neutro e deve tomar posição. Porque, caso contrário, e se a coberto de uma suposta autonomia não se apoiam políticas que beneficiam as classes trabalhadoras, está-se a fazer o jogo da direita, que é de o que os sindicatos não devem fazer política, para que seja ela a fazer a política e, em última análise, os utilizar para os seus objectivos.

Por isso defendemos: autonomia de classe nas decisões, sim; neutralidade nas posições políticas, não.

A unidade da classe trabalhadora, um quadro de alianças que gere uma correlação de forças positiva e autonomia sem neutralidade, são ferramentas necessárias na luta por uma escola de qualidade, popular e democrática. ■



Uma aposta na complementaridade entre o trabalho estritamente sindical e o trabalho nos Fóruns Sociais

Depoimento de *Dominique Giannotti, SNES*

O SNES representa 70 mil aderentes do ensino secundário, em França. Somos o maior sindicato do ensino secundário em França. O nosso sindicato pertence à FSU (Federação Sindical Unitária). As nossas orientações são assumidas quer ao nível do sindicato quer da federação.

A nossa orientação visa a **complementaridade entre o trabalho estritamente sindical e o trabalho nos Fóruns Sociais**. Europeus e Mundiais.

Tentamos equilibrar estas duas vertentes do nosso trabalho. E porquê? Porque consideramos que, no momento actual, os ataques do neo-liberalismo aos serviços públicos são tão fortes, que não podemos trabalhar de forma isolada, que se impõe uma coordenação nacional e internacional dos sindicatos. E que é igualmente preciso utilizar esse outro espaço de trabalho que é o intermundialismo.

É um espaço específico – encontramos aí organizações, associações, redes, parceiros com que de outro modo não nos encontraríamos. Parceiros que, em geral, têm os mesmos objectivos, mas que preferem abordá-los de formas diferentes. É um trabalho muito enriquecedor. E complementar em relação ao trabalho estritamente sindical.

A nível nacional desenvolvemos actividade – no quadro de um comité nacional – que de algum modo prepara o trabalho com o Fórum Europeu. Um colectivo nacional de educação que trabalha com os fóruns europeus, e que neste momento tem

menos expressão. A dinâmica dos fóruns sociais é particularmente difícil e complexa e esse colectivo não está muito activo a nível nacional. Em contrapartida, **a nível europeu, construímos uma rede que é quase a única** que, neste momento, funciona com os Fóruns Sociais.

A FENPROF também faz parte dessa rede europeia de educação, com muitos sindicatos do Sul da Europa, e conseguimos constituir uma espécie de coordenadora sindical do Sul da Europa, que é muito dinâmica e que trabalha também com outras organizações e associações de educação popular.

Tentamos fazer um trabalho coordenado entre o sindicato e outras associações e sindicatos a nível europeu. Este ano promovemos **duas jornadas**.

Uma em Novembro, para balanço, que reuniu numerosos sindicatos ibéricos e outras associações relacionadas com a educação (que podem ser também associações de mulheres, de pais, associações de educação dos ciganos).

A outra jornada, que decorreu em Berlim, debruçou-se sobre as questões do ensino superior, nomeadamente no que respeita ao acordo de Bolonha, os programas da União Europeia, que são muito contestados por esta rede europeia de educação.

Apostamos numa grande diversidade de temáticas. Para o Fórum Social de Istambul, escolhemos diferentes temáticas. A primeira sobre a privatização e a mercantilização da educação e, em particular,

a acentuada diminuição do sector público, os ataques neo-liberais, na Europa, a privatização da educação. Um segundo tema – os conteúdos na educação, que tendem a ser muito mais pragmáticos, ligados às competências, em detrimento da formação do cidadão, formação humana, cultural. O terceiro – sobre o ensino superior e o processo de Bolonha. O quarto – o ensino profissional, em que há um grande desinvestimento em termos de ensino público, tornando-se fortemente privatizado. Um outro tema é o da diversidade cultural em educação. E, um último, sobre os problemas da autonomia e da independência na educação. ■

Professores contra guetos e política de imigração

Temos um sistema educativo que, com a política do actual governo, acentua as diferenças sociais, e há escolas que se tornam em guetos. As questões sociais e culturais estão muitas vezes interligadas. E nesse quadro geram-se grandes problemas. Os alunos não têm êxito escolar, por toda a espécie de razões – económicas, sociais, culturais.

Para contrapor a esta realidade, temos uma rede de professores, em França, que trabalha contra a política de imigração do governo e que ajuda os filhos dos ilegais (“sem papéis”) – a “rede de educação sem fronteiras”. Os professores desta rede ajudam as crianças que são ameaçadas de expulsão. Levam as crianças para suas casas, ou escondem-nas, para que não sejam conduzidas à fronteira. Porque é preciso que se saiba que a polícia por vezes vai mesmo buscar as crianças à escola para as expulsar de França, metê-las num avião com a família.

(<http://www.educationsansfrontieres.org/>)

A Ciência é um assunto demasiado sério. Toda a sociedade deve estar envolvida

Depoimento de Jean-Paul Lainé, presidente da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTS)



Neste momento, a nossa actividade fundamental é a **criação de uma rede mundial de organizações dedicadas à questão do papel social da ciência**. Isto significa, nomeadamente, a participação nos fóruns mundiais sociais, nos fóruns continentais, por uma outra ciência. E outra ciência é possível. Tal como outro mundo é possível.

Importa não confundir palavras como ciência, tecnologia e saber. Penso que o saber é indispensável. É uma conquista da Humanidade, para tentar compreender a natureza, a vida. O conhecimento é a cultura. E pode integrar também os saberes tradicionais. Que a ciência ocidental não consegue ainda interpretar, mas que correspondem a conquistas da Humanidade.

Infelizmente, hoje, a ciência é dominada pelo neo-liberalismo, para poder dominar melhor. E aqui entramos no terreno da tecnologia. Ou seja – para as potências económicas, o que lhes interessa verdadeiramente não é a ciência. A ciência só lhes interessa pela tecnologia. As ciências humanas e sociais não lhes interessam muito. Ou mesmo nada.

Assim, **a nossa luta é por que toda a ciência e, sobretudo, todos os saberes sejam considerados** na sociedade. Que sejam considerados como um bem público. É uma luta também conduzida pelas organizações sindicais, sem dúvida. Mas nós tentamos ser intermediários entre o movimento sindical e as populações e os políticos. É que a sociedade em geral e o mundo científico se possam encontrar.

Neste momento é nossa grande ambição criar, em paralelo com Fórum Social Mundial, **um Fórum Mundial da Ciência, sobre a Ciência e a Democracia**. Há o trabalho quotidiano. Há o trabalho nas escolas, o trabalho com as organizações sindicais. Mas essa é de facto hoje uma das nossas prioridades. Em síntese: a ciência está no coração das nossas sociedades. As escolhas políticas, de políticas científicas, o dinheiro para a investigação – tudo isso é muito importante.

Actualmente muito dinheiro é destinado à investigação militar, muito dinheiro vai para a ciência ligada à tecnologia, sobretudo para proporcionar lucro, e menos para o saber, menos para o conhecimento.

Ora, mesmo numa perspectiva estritamente económica, isso é um erro. Toda a história das descobertas científicas indica que estas acontecem de forma inesperada. Não é coisa que se possa programar. Em tecnologia, sim. Mas mesmo aí, nem sempre – é o caso da tecnologia dos laser. Nem sequer foi criada por físicos. Foram químicos que estudavam os cristais que se aperceberam de certas propriedades de absorção e de difusão da luz.

Isso prova que é preciso avançar em todas as áreas. Não podemos programar. Pretender-se que a Ciência se oriente unicamente por programas pré-definidos é uma visão estreita.

Falando de **escolhas políticas** – apostou-se muito dinheiro na resolução do problema da SIDA, por-

que atinge também as populações dos países ricos. Mas, em contrapartida, não se investiu tanto dinheiro na luta contra o paludismo, a malária. É escandaloso.

Outros exemplos: hoje as grandes questões são a energia, a água potável. É preciso apostar na investigação atempada. Em química, em física, em biologia. E compreender as relações humanas e sociais.

Tudo se relaciona. O clima tem a ver com as práticas, com a organização do território. E não são apenas questões de física ou de química que estão em causa. É toda a ciência.

Resumindo – **a Ciência é um assunto demasiado sério**. Não a podemos deixar apenas nas mãos dos políticos. Não a podemos deixar tão pouco apenas nas mãos dos cientistas. Toda a sociedade deve estar envolvida. E isso passa nomeadamente pelas grandes confederações sindicais. Aqui a CGTP. Em França, as nossas grandes confederações. E todas as confederações sindicais internacionais.

O nosso objectivo é convencer desta necessidade. Fazer seminários internacionais com a nossa participação e a de outras redes de cientistas.

É muito importante que os trabalhadores reflectam sobre tudo isto, compreendam a sua importância e definam opções. ■

Para saber mais
www.fmts-wfsw.org

Uma moeda única



sem política económica comum

Joaquim Jorge Veiguinha

A actual crise de endividamento da Grécia, Espanha e Portugal, apesar de terem causas específicas, podem ser reconduzidas a um factor comum: a inexistência de uma verdadeira união económica, de um orçamento europeu capaz de intervir no espaço da União Europeia com o objectivo de prevenir o aumento das disparidades entre os diversos Estados-membros. Os défices externos atingem 12% na Grécia, 10% em Portugal e 9% em Espanha. Em Portugal, fala-se muito no agravamento da dívida pública, que deverá representar 86% do PIB este ano, mas esquece-se ou subvaloriza-se que, segundo um analista do Deutsche Bank, a dívida privada poderá atingir 239%, quase o dobro da grega que se estima que rondará os 129% (*Público*, 20.04.10). Mais do que a dívida pública, tão anatomizada pela oligarquia financeira internacional representada pelas agências de *rating*, Portugal, Espanha e Irlanda apresentavam já em 2009 uma dívida privada muito superior a 100% do PIB.

Para se compreenderem estas disparidades, que ameaçam pôr em causa o euro e provocar uma crise extremamente grave nos países que constituem o elo mais fraco da União Europeia, devemos remontar ao processo de formação da moeda única. O aspecto essencial foi a convergência das taxas de juro dos países que integraram a impropriamente chamada União Económica e Monetária para os níveis

mais baixos das taxas de juro alemãs. No entanto, o que se verificou posteriormente foi um aumento das disparidades entre as taxas de inflação dos elos mais fracos da União Europeia e as taxas de inflação alemãs. Tomando o ano de 1997 como base 100, enquanto na Alemanha o índice atingia 119,2% em 2009, na Grécia alcançava 146,4%, na Espanha 139,2% e em Portugal 134,7% (Fonte: *Alternatives Économiques*, Paris, Março 2010). Estas disparidades tiveram um efeito perverso: favoreceram as exportações alemãs e, conseqüentemente, os seus enormes excedentes externos e, simultaneamente, o endividamento externo dos elos mais fracos da União Europeia, impedidos, pela entrada em vigor da moeda única, de desvalorizarem as suas moedas nacionais que já não existiam.

Repare-se que o desenvolvimento do comércio externo alemão se fez através de uma brutal contenção salarial e de uma redução das prestações sociais, em suma, através do sacrifício da procura interna e de um agravamento das desigualdades sociais e económicas na pátria da economia social de mercado. Tratou-se, no fundo, de uma espécie de fuga para frente, já que a aposta exclusiva nas exportações e no comércio externo é uma forma dos grupos económicos dominantes poderem aumentar os seus lucros através da redução do poder compra da população assalariada sem correrem o risco imediato de uma recessão provocada pelas quebras de vendas no mercado interno. Mas estas políticas acabam por desencadear o que

pretendiam evitar: o aumento do endividamento dos países para onde exportam os seus produtos que acabarão por reduzir as suas importações, anulando assim a efémera vantagem dos primeiros. Tudo se passa então como se os super excedentes de uns se realizem através dos super endividamento de outros e que, portanto, a possibilidade de crise recessiva surja enormemente potenciada. Repare-se que as medidas de contenção salarial e de diminuição das prestações sociais propostas para reduzir o endividamento dos países mais débeis apenas poderão contribuir para tornar cada vez mais iminente este cenário de baixas taxas de crescimento e de recessão generalizada.

As lições que poderemos extrair da actual desordem existente é que a moeda única será sempre uma entidade fictícia se não existir uma verdadeira união económica em que políticas económicas comuns financiadas por um verdadeiro Orçamento – o Orçamento da União Europeia é uma percentagem insignificante do PIB do conjunto dos Estados-membros e tem sido em grande parte utilizado para subsidiar os grandes proprietários fundiários da União – tenham como objectivo corrigir as disparidades económicas e realizarem uma verdadeira coesão social. Mas a Europa comunitária está cada vez mais longe deste modelo e cada vez mais perto da catástrofe económica e financeira sem dispor da vontade nem dos meios políticos para a conjurar. ■



Elementos para uma reconfiguração da profissão docente (Portugal, 2010)

Paulo Guinote

Professor do 2º CEB. Autor do blogue *A Educação do meu umbigo*.

Nos tempos actuais em que a pressão sobre a classe docente se faz sentir no sentido da sua crescente diluição no contexto de uma indiferenciação dos trabalhadores da Função Pública é, mais do que nunca, essencial que os educadores e professores reforcem os seus laços identitários, tanto para dentro como para fora da própria classe docente.

Vou tentar abordar esta questão de um modo sistemático, começando pelas pressões mais evidentes e procurando sugerir algumas formas de lhes resistir. Começemos pelas pressões: a mais forte é exercida pelo poder político do Estado que tutela o sector da Educação,

em especial por parte de todos aqueles que consideram que todos os corpos do funcionalismo do Estado se devem transformar em peças intermutáveis de uma engrenagem formada por mecanismos similares, independentemente da função que desempenham num dado momento.

Esta visão surge com a validação teórica dos defensores de um Estado mínimo, reduzido na sua orgânica às suas funções mais básicas e o pretexto pragmático da necessidade de reduzir as despesas públicas em virtude da situação económico-financeira de crise. Esta visão de um aparelho de Estado automatizado, robótico, preferencialmente a funcionar com baixos custos, aposta, de forma paradoxal, em ganhos de eficácia de desempenho que são quase impossíveis de obter com base nos processos que decorrem naturalmente deste modelo de funcionamento

e que passo a identificar de forma muito sumária.

. Uma **(re)proletarização crescente do funcionalismo público**, mesmo dos seus quadros mais qualificados – como é o caso dos docentes – com uma redução dos seus salários médios e em especial das margens de progressão da remuneração ao longo da carreira. De forma transitória, este processo passa pela imposição de constrangimentos artificiais à progressão, sob o manto de uma pseudo valorização do mérito, e à decapitação dos elementos considerados mais onerosos, em especial quando não ocupam cargos de confiança política na estrutura hierárquica de uma Administração Pública tornada extensão dos aparelhos partidários no aparelho do Estado.

. Uma **progressiva desqualificação profissional** dos funcionários públicos, através da redução das características

específicas de cada corpo/carreira, mesmo se a par de uma acrescida certificação académica para ingresso e de uma teórica especialização funcional. Este processo traduz-se na exigência redobrada de diplomas (seja ao nível médio com as Novas Oportunidades, seja a nível superior com os dois primeiros ciclos de estudos de Bolonha) que, contudo, de pouco valem num mercado de trabalho hiper-especializado nos sectores mais dinâmicos da iniciativa privada, deixando os funcionários públicos quase reféns de uma formação/emprego sem poder competitivo no mercado de trabalho exterior ao sector público, logo mais dócil em termos reivindicativos por se sentirem em situação de grande vulnerabilidade. Um reforço da hierarquização e dos mecanismos internos de controle e disciplina, substituindo processos permanentes de progressão ascensional na carreira por outros baseados na nomeação transitória, resultante da confiança pessoal ou política das chefias directas. Uma segunda origem da pressão para a indiferenciação dos trabalhadores da Função Pública resulta de interesses, nem sempre assumidos, de diversas das suas tradicionais organizações representativas (como é o caso dos sindicatos) por considerarem que a união de todos os trabalhadores, em lutas comuns resultantes de causas comuns, tem maiores possibilidades de sucesso contra o seu empregador, ou seja, o Estado-patrão.

É nesse sentido que se desenvolvem estratégias de diluição das diferenças entre grupos profissionais em nome de uma solidariedade resultante do estatuto comum de funcionários públicos, independentemente da função, carreira ou posição.

Contra estas pressões para a indiferenciação, compreensíveis mas herdeiras de uma forma datada de analisar os fenómenos sociais e laborais, no interesse específico da classe docente, beneficiando inclusivamente da experiência e demonstração prática recentes de mobilização em torno de causas muito próprias dos educadores e professores, considero que é essencial reflectir e desenvolver uma acção num triplo sentido:

. **Reforço dos laços de coesão inter-**

na da classe docente, através da circulação e debate aberto, participado e transparente da informação relevante para a profissão e das estratégias a seguir. Se a atomização sindical está longe de ser útil nas negociações com a tutela e se o associativismo profissional de base disciplinar nem sempre tem funcionado em muitas áreas, nos tempos mais recentes é inegável que num plano de maior proximidade (escolas) ou em rede (blogosfera), o debate entre a classe encontrou formas renovadas e ganhou uma vivacidade e intensidade raras na história da docência ou mesmo de qualquer outra profissão em Portugal.

. **Criação de mecanismos de auto-regulação da profissão** que permitam uma sua maior autonomia em relação à tutela e uma maior e mais activa participação na definição do seu próprio destino. Esta auto-regulação poderia e deveria passar pela criação de um Conselho Superior específico (cuja orgânica, funcionamento e corpos directivos seriam matéria de prévia discussão) ou pela integração num organismo comum a outros profissionais ligados à Educação, com poderes na definição de um código específico de conduta, na vertente da ética e deontologia profissionais, mas sem competências nas áreas de tipo exclusivamente laboral. Este organismo poderia ou deveria ter ainda responsabilidades (exclusivas ou partilhadas) na certificação da formação inicial e contínua dos professores e/ou outros profissionais da área da Educação, bem como poderes de carácter disciplinar. Até ao momento, um organismo assim não existe, embora estejam em funcionamento organismos de tipo subcorporativo (Conselho de Escolas), de representação diluída e com funções meramente consultivas (Conselho Nacional da Educação) ou de uma parte do todo (Associação Nacional de Professores).

. **Maior cuidado e atenção na projecção da imagem pública da profissionalidade docente**, em particular para a opinião pública, sem receio em assumir uma postura dita corporativa descomplexada, resultante de um espírito de corpo definido pela positiva e não apenas reactiva, contra alguém ou em defesa de interesses particulares.

Há, de uma vez por todas, a necessidade de fazer sentir, não apenas para dentro, com orgulho, a voz (plural) dos professores na sociedade, afastando os preconceitos (externos) ou complexos (internos) que tendem a encarar ou assumir a docência como uma espécie de semi-profissão qualificada, quando ela é, na sua radicalidade e origem, aquela de qual todas as outras resultam de forma mais ou menos directa.

Estas três linhas de acção permitirão, em minha opinião, reconfigurar internamente a profissão docente, reforçando os seus laços de coesão interna na diversidade, e transmitir para o exterior uma imagem de profissionalidade que nem sempre beneficiou dos favores dos meios de comunicação, apesar do reconhecimento público manifestado em todos os estudos de opinião conhecidos, em especial devido à forma como alguns elementos da classe política e da opinião publicada optaram por tentar denegrir de forma gratuita a dignidade de toda uma classe profissional. É, portanto, mais do que tempo para os docentes reclamarem para si um papel activo e estruturante nos destinos da sua profissão, libertando-se das amarras tradicionais que têm tolhido a sua acção. ■

“
É, mais do que nunca, essencial que os educadores e professores reforcem os seus laços identitários, tanto para dentro como para fora da própria classe docente.
 ”

Intervenção na Conferência “Novos desafios aos profissionais de Educação na Europa” (EI nº 236)

Entre o martelo e a bigorna

Joaquim Jorge Veiguiinha
Dirigente do SPGL

Num artigo da autoria de Bárbara Wong, publicado no diário *Público* de 10 de Abril deste ano, afirmava-se que “só em Washington, oito em cada dez professores saem do sistema ao fim de três anos de carreira”. As razões para este abandono eram devidas sobretudo à pressão crescente a que os docentes norte-americanos estavam submetidos, já que a avaliação do seu desempenho dependia dos resultados escolares dos alunos. Estes podem determinar o encerramento das escolas mal classificadas no *ranking* ou a reabertura duma *charter school* com uma nova direcção privada e em que estão proibidas as sindicalizações. O objectivo desta nobre instituição é promover a recuperação dos alunos. Se não o conseguir, será definitivamente encerrada ao fim de dois anos.

Esta situação, apesar de aparentemente afastada dos nossos horizontes, merece alguma reflexão, já que revela uma prática que, apesar das suas diferenças de grau de país para país, tende a generalizar-se. Nos últimos anos que conduziram à crise do capitalismo globalizado as desigualdades sociais não têm parado de aumentar, apesar da retórica dominante sobre a “igualdade de oportunidades” que a escola pública proporciona a todos. Os governos de orientação liberal, conservadora e mesmo social-liberal nada têm feito para combater estas desigualdades. Antes pelo contrário, contribuíram para o seu agravamento ao abdicarem de políticas fiscais redistributivas, ao reduzirem as

funções sociais do Estado e sobretudo ao abdicarem de exercer um efectivo controlo sobre o capital fictício da finança especulativa que esteve na origem da crise de 2007-2008.

As fracturas e diferenciações sociais terão que, inevitavelmente, reflectir-se na escola pública, pondo em causa o mito da igualdade de oportunidades. Mas são principalmente os governos que mais contribuíram para desencadear políticas caracterizadas por uma descarada promoção da desigualdade e iniquidade sociais a decidir lançar sobre os cidadãos e a opinião pública uma espécie de enorme “véu de ignorância” em que os professores são concebidos como bodes expiatórios de uma situação que ultrapassa a própria escola. De facto, as taxas de insucesso e abandono escolar atingem sobretudo os jovens provenientes das classes mais desfavorecidas que possuem, parafraseando Pierre Bourdieu, um reduzido “capital cultural” e que, mesmo à partida, se encontram numa situação de desvantagem relativamente a um número cada vez mais exíguo de jovens com acesso às carreiras e aos cursos universitários mais prestigiados. Prova disso é que em alguns países começa a verificar-se um processo de mobilidade descendente ou de desclassificação social, o que põe em causa as teorias sociológicas liberais sobre as maravilhas da mobilidade social ascendente em sociedades onde, segundo as suas previsões, as diferenciações sociais baseadas no poder económico teriam tendência a diminuir cada vez mais e, no limite, a anular-se com a constituição de uma vasta “classe média”.

Certamente que a escola pública poderá permitir que alguns jovens provenientes das classes mais desfavorecidas possam aceder a uma profissão mais qualificada e melhor remunerada do que a dos seus

pais. No entanto, para além destes jovens serem cada vez menos, não é possível que ela resolva os problemas sociais que se situam a montante. Estes contribuirão inevitavelmente para condicionar em última instância e mesmo para reforçar os mecanismos reprodutores da própria desigualdade social. Prova disso, é a proliferação de cursos profissionais que, apesar das louváveis intenções dos seus incondicionais apologistas têm, num contexto de crescente desigualdades sociais, a função de reproduzir a tradicional divisão do trabalho entre os que planeiam e decidem e os que se limitam a executar as directivas de outros e que, no plano político, se converte na separação cada vez maior entre governantes e governados.

Quanto aos professores, esses, estão cada vez mais entre o martelo das cúpulas de um aparelho de Estado obcecado pelos resultados escolares, mas que promove políticas económicas que geram a marginalização, o abandono escolar e a restrição das perspectivas de milhões de jovens a um emprego precário para toda a vida, e a bigorna de uma sociedade civil em que as clivagens sociais não cessam de aumentar. Não se admirem, portanto, que já se tenha iniciado em determinados países um processo cada vez mais preocupante de deserção de professores da sua profissão. O expediente de encontrar bodes expiatórios para ocultar as causas reais do insucesso e abandono escolares está cada vez mais esgotado e acaba por virar-se contra os seus próprios promotores em detrimento da qualidade de ensino numa escola pública com turmas cada vez maiores, com professores cada vez mais desmotivados e com um número crescente de alunos cada vez mais resignados à condição de futuros trabalhadores descartáveis. ■



Avaliação e concursos

Concentração de 3 de Maio



FOTO: PAULO MACHADO

Activistas, delegados e dirigentes sindicais da FENPROF concentraram-se, na manhã de 3 de Maio, junto à residência oficial do Primeiro Ministro, para, uma vez mais, contestarem a consideração da avaliação nos concursos, tendo em conta as graves injustiças que tal acarreta. Uma delegação dirigida por Mário Nogueira entregou a um assessor do Primeiro Ministro um documento em que a FENPROF sintetiza as razões da sua contestação.

“Foi uma iniciativa para denunciar a forma como esta avaliação está a entrar nos concursos para nível de graduação”, disse Vítor Miranda, dirigente sindical e professor do 2º ciclo, de Português e História, num breve testemunho, editado no site do SPGL, em que sublinha a “situação de injustiça, pela forma como estão a decorrer estes concursos e a forma como a avaliação está a ser inserida, gerando as maiores disparidades e discrepâncias entre as pessoas que estiveram a leccionar, que estiveram a dar aulas, que foram avaliadas, nos vários e diversos moldes. E que vai ter consequências daqui para a frente. Vai ter consequências graves na própria colocação dos professores”.

1º de Maio

Novo rumo com a luta de quem trabalha



FOTO: FELIZARDA BARRADAS

O SPGL esteve presente no 1º de Maio que percorreu a Avenida Almirante Reis e desaguou na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa. A intervenção de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, no final do desfile, destacou a necessidade de construir uma alternativa à política que vem sendo seguida, baseada na luta dos trabalhadores portugueses. Aqui deixamos o início dessa intervenção: “Estamos aqui para dizer não ao desemprego, à precariedade, à redução dos salários, às desigualdades e à pobreza, porque estas são realidades duras que fazem sofrer milhões de portugueses e que tolhem o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Como vem observando a OIT, só há saí-

das da crise com políticas económicas que criem emprego, com o combate à precariedade, com o reforço das políticas sociais, com o reinvestimento de parte dos lucros obtidos pelo sector financeiro e económico e a promoção do investimento público, e, travando-se a redução dos salários que vem sendo imposta.

O que tem vindo a ser feito pelo Governo, pelos grandes patrões e gestores do nosso país é o oposto disso. Por isso dizemos: é tempo de mudar. E devemos conseguir *a mudança com a luta de quem trabalha*.” No final anunciou uma acção convergente da administração pública e do sector privado para o dia 29 de Maio. ■

Dar a volta à precariedade!



Margarida Barata
Professora das AEC's

O MayDay é um protesto de trabalhadores precários que se realiza no 1º de Maio, uma iniciativa que teve o seu início em Milão em 2001 e, desde então, se espalhou por várias cidades europeias e do Mundo. O MayDay Lisboa arrancou em 2007 e em 2009 foi pela primeira vez organizado no Porto.

O movimento Mayday ajudou a dar visibilidade à precariedade laboral em Portugal e à urgência da organização e resposta dos trabalhadores precários.

Cansados de trabalhos temporários, dos falsos recibos verdes e das falsas bolsas, dos contratos

a prazo e de estarmos quase sempre excluídos do sistema de Segurança Social, além de tantas outras injustiças que somos obrigados a aceitar, no MayDay juntamo-nos para recusar a vida precária que nos dizem ser inevitável. Somos profissionais das mais variadas áreas, vítimas da precariedade, forçados a condições de trabalho sem direitos, dignidade ou respeito.

São milhares de vidas suspensas que querem fazer-se ouvir. Um precário não tem direito a planos, a descanso ou a reconhecimento, mas terá direito a uma voz de protesto e à mobilização que recusa a exploração e a ignorância. O Mayday surge como essa voz, tentando ultrapassar o medo para dar a volta à precariedade através de uma parada no Dia do Trabalhador.

O Mayday, desde o seu início, tem contribuído para o combate daqueles que trabalham para sobreviver e sem condições, mas cuja condição os empurra para o isolamento. Foi também a partir deste movimento de luta que surgiram e se fortaleceram outros colectivos de trabalhadores e movimentos de trabalhadores precários.

Assim, saímos à rua no 1º de Maio, Dia do Trabalhador, reclamando um futuro que nos pertence. E ao fazê-lo, juntamo-nos a todos os trabalhadores e ao movimento sindical, porque sabemos que a precariedade ameaça toda a gente e a que a luta pelos direitos no trabalho e na vida tem que unir toda a gente. Vamos dar a volta à precariedade! ■

E se Bolonha valeu a pena?

Vamos continuá-la por mais 10 anos?



Manuel Pereira dos Santos
Representante da FENPROF para o Ensino Superior na I.E.

A recente e última declaração de Budapeste-Viena [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/documents/Budapest-Vienna_Declaration.pdf] dos 47 Ministros que actualmente são os responsáveis pelo Processo de Bolonha, além de lançar oficialmente a Área Europeia de Ensino Superior (EHEA), tal como previsto na Declaração de Bolonha de 1999, refere-se ainda às reformas obtidas nos últimos 11 anos, baseadas na “confiança, cooperação e respeito pela diversidade”, no sentido de tornarem esta Área “competitiva e atractiva para cumprir as suas diversas funções na sociedade do conhecimento”, permitindo que os estudantes “beneficiem de mobilidade e reconhecimento das suas qualificações, de modo a encontrarem a vida educacional que melhor lhes convenha”. Constatam ainda o carácter único e sem precedentes de uma parceria destas, envolvendo autoridades públicas, instituições de ensino superior, estudantes e pessoal (docente e não docente), juntamente com empregadores, agências acreditadoras da qualidade, e organizações

internacionais e europeias, bem como o interesse e acompanhamento desta experiência inédita de cooperação regional e transnacional por parte de outras regiões do mundo, com as quais se propõem dialogar e cooperar igualmente.

Não deixam ainda de reconhecer o grau variado e a forma por vezes inadequada de implementação de algumas reformas e metas do Processo de Bolonha, bem como a sua insuficiente explicação aos actores envolvidos, e propõem-se estar atentos às vozes críticas que têm surgido, sobretudo da parte dos estudantes e do pessoal das instituições, mormente para os ajustamentos que se revelam necessários aos vários níveis (europeu, nacional e institucional).

Nesta declaração, os Ministros reafirmam vários dos princípios que enformam as reformas de Bolonha, em particular:

· “que se comprometem com a liberdade académica, com a autonomia e a transparência/responsabilidade (accountability) das instituições de ensino superior da EHEA, sublinhando o papel destas instituições na promoção de sociedades democráticas e pacíficas e no reforço da coesão social”;

· “que o ensino superior é uma responsabilidade pública”;

· “que, apesar das dificuldades económicas actuais, tem de se garantir que as instituições de ensino superior tenham os

recursos necessários”;

· “que o ensino superior é um dos principais motores do desenvolvimento social e económico e da inovação, num mundo cada vez mais guiado pelo conhecimento”;

· “que tem de ser reforçado o esforço na dimensão social, para permitir iguais oportunidades de educação com qualidade, com destaque para grupos sub-representados”.

Vale a pena transcrever o ponto 9 da declaração: “Nós (Ministros) registamos o papel-chave que desempenha a comunidade académica – líderes institucionais, professores, investigadores, pessoal administrativo e estudantes – para transformar a Área Europeia de Ensino Superior (EHEA) numa realidade, dando a quem quer aprender oportunidade de adquirir conhecimentos, capacidades e competências que favoreçam as suas carreiras e as suas vidas como cidadãos democráticos, bem como o seu desenvolvimento pessoal. Reconhecemos a necessidade de melhor apoio no ambiente em que o pessoal das instituições tem de cumprir as suas funções. Comprometemo-nos a contribuir para uma mais efectiva inclusão do pessoal do ensino superior e dos estudantes na implementação e futuro desenvolvimento da EHEA. Apoiamos totalmente a participação do pessoal e dos estudantes nas estruturas decisórias a

nível Europeu, nacional e institucional”. A última reunião dos Ministros dotou-se igualmente de uma agenda para a próxima década (até 2020), para prosseguimento e consolidação do Processo de Bolonha e da EHEA. Assim, propõem-se como objectivos “a melhoria do ensino e da aprendizagem, de modo a aumentar a empregabilidade dos graduados e dar acesso a um ensino superior de qualidade para todos”, considerando que para isso devem favorecer a mobilidade (de estudantes e pessoal docente e não docente) e a flexibilidade dos percursos educativos, em particular promovendo uma “aprendizagem centrada no estudante” (“*student-centred-learning*”), de modo a permitir-lhe reforçar-se em todas as formas de educação.

A origem do processo

Ao contrário do que muitas vezes se acusa com uma certa ligeireza, esta declaração está longe de constituir qualquer “cartilha neoliberal”, e inclui pontos extremamente relevantes e positivos para quem (individual e/ou institucionalmente) se preocupa com os problemas deste sector, numa perspectiva internacionalista de cidadania democrática, igualdade de oportunidades, solidariedade e humanismo. Convém, por isso, recordar aqui o que foi a origem deste Processo de Bolonha... e das polémicas que se seguiram. Um pouco como o “golpe de 16 de Março” esteve para o “25 de Abril”, o que agora se chama Processo de Bolonha iniciou-se com uma “falsa partida” em 1998, com a chamada Declaração da Sorbonne, dos 4 Ministros do sector dos 4 maiores países da União Europeia (Alemanha, França, Itália e Reino Unido), e apelava à “homogeneização” dos graus do ensino superior nestes países, baseado no chamado “modelo anglo-saxónico 3+2+3” (anos para obter os graus de “Bachelor+Master+Doctor”), como forma de o alastrar aos restantes países da União Europeia (nesta data constituída ainda apenas por 15 países). Para além do facto da palavra “homogeneização”, no jargão europeu, significar praticamente “igualdade”, o facto da iniciativa partir dos 4 maiores países, sem consulta aos demais, parecia indiciar, neste sector (que não é domínio “europeu”, mas “nacional”, ao contrário do sector da Investigação, e onde portanto não há tutela da Comissão Europeia) uma tentativa de imposição, de facto, de uma “Europa a duas

velocidades”, discussão bastante viva na altura, e à qual se opuseram de imediato os restantes países mais pequenos. Além disso, os propósitos enunciados na declaração eram bastante limitados, e talvez então mais facilmente enquadráveis nos ventos do neoliberalismo que então sopravam mais fortes!

Um ano depois, em 1999, na Universidade de Bolonha, já então mais de duas dezenas de países (e obviamente metade deles de fora da União Europeia, embora alguns fossem candidatos à adesão, que se verificaria anos depois) subscreveram a **Declaração de Bolonha**, cujos objectivos se alargavam imenso face à anterior da Sorbonne, e cujos princípios se enquadravam agora melhor nas preocupações europeias que associamos ao modelo social europeu: em particular, propunham-se criar, em 2010, uma Área Europeia de Ensino Superior (EHEA), respeitando alguns dos princípios referidos mais atrás (mas nem todos estavam então clarificados, e prevalecia ainda uma certa preferência pela “competitividade” e “concorrência”, no texto).

Recorde-se ainda que, nestes anos, a OMC (organização Mundial do Comércio) se propunha liberalizar totalmente as transacções de “serviços” (e incluía nesta designação o ensino superior): a ter vencido esta estratégia, veríamos então florescerem universidades “offshore”, todas iguaizinhas, em inglês, e empacotadas de modo idêntico para vender aos países do terceiro mundo, e mesmo aos menos desenvolvidos da OCDE, possivelmente. A reunião de Seattle falhou, por muitas razões, mas os sindicatos europeus integrados na IE-Internacional de Educação contribuíram com a sua parcela para a oposição à estratégia da OMC (juntamente com as “velhas e tradicionais” universidades europeias, funcionando cada uma com um verdadeiro “babel” de línguas, e que não aceitaram ser todas standardizadas por igual, em detrimento da sua história e particularidades!). [A FENPROF é a única representação portuguesa que tem sempre participado e colaborado activamente no HERSC (Comité Permanente para o Ensino Superior e Investigação), que organiza para a Internacional de Educação este sector]. Embora este processo se destinasse essencialmente aos Ministros dos governos subscritores e aos reitores e presidentes das instituições (através da EUA, European Universities Association), rapidamente a luta dos estudantes impôs a sua

presença como parte integrante do BFUG (Bologna Follow-Up Group), através dos seus representantes na ESIB (recentemente renomeada ESU, European Students Union), já em Praga 2001, creio. A representação sindical dos docentes e investigadores (e nalguns sindicatos até do restante pessoal), em particular a IE-Internacional de Educação/Grupo Pan-Europeu, foi mantida fora deste grupo, sob o pretexto de que estes já estariam representados pelas instituições via EUA... e a IE foi considerada apenas como parceria (stakeholder) ao nível da dos empregadores, desde Berlim 2003. Só a persistência dos membros da IE, e o apoio veemente da ESU e dos nossos colegas nórdicos, com destaque para os noruegueses, permitiu que desde Bergen 2005 a Internacional de Educação se transformasse em membro de pleno direito do BFUG e do Processo de Bolonha.

A participação da IE neste processo materializou-se na introdução de alguns temas próprios nas discussões de Bolonha (tais como a liberdade académica, a propriedade intelectual, as considerações de carreira e a participação nos órgãos de decisão), e ainda, trabalhando sempre muito proximamente com os representantes dos estudantes da ESU, na organização de seminários de Bolonha e de debates que dessem mais visibilidade e propusessem soluções em determinados domínios de interesse comum (mormente a dimensão social, a mobilidade, e a aprendizagem centrada no estudante). A nível europeu, portanto, solidificou-se nos últimos anos a unidade na acção entre as representações de estudantes e professores (ESU e IE), algo que se tem revelado praticamente impossível a nível nacional, em Portugal.

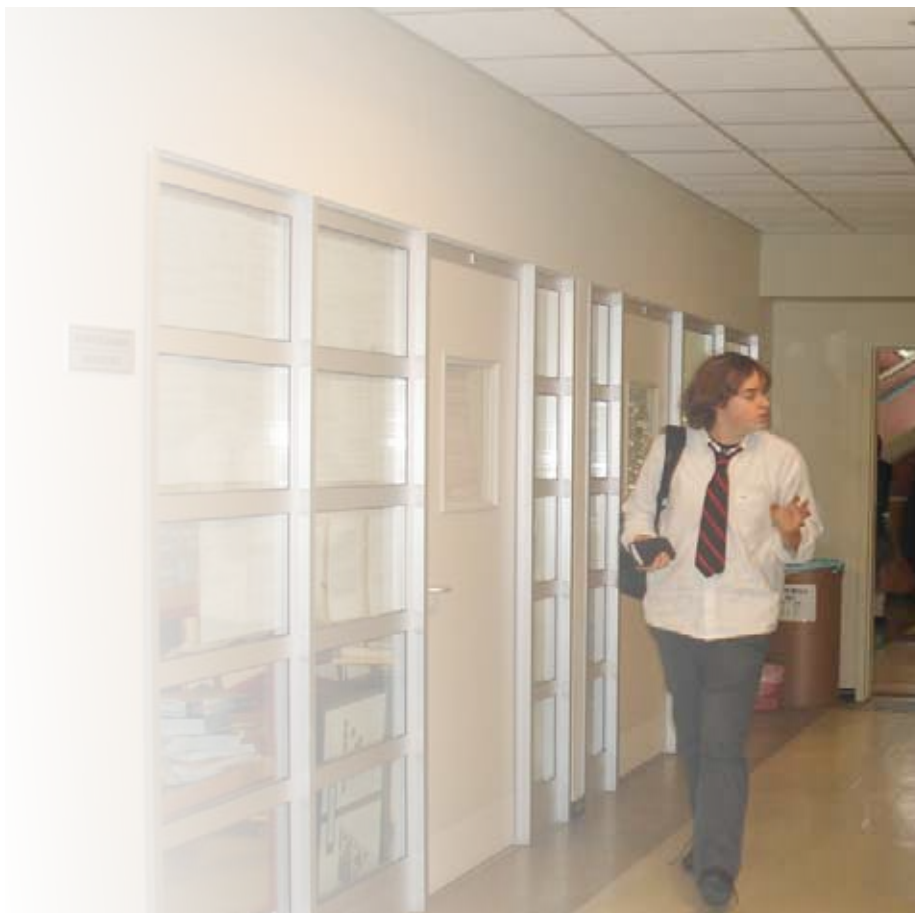
Relendo agora comparativamente os sucessivos comunicados, podemos verificar que a participação dos estudantes e docentes nos anos mais recentes deste Processo de Bolonha acentuou uma tonalidade diferente, moderna e progressista, na defesa de certos valores (como os referidos no início do texto). Penso que, com todas as limitações que sofreram na sua acção, o saldo das intervenções sindicais dos professores e estudantes se pode considerar como francamente positivo.

Saldo e desafios

Claro que, ao longo destes anos, os governos - e não é uma “especialidade” portuguesa, em vários países sucedeu o mes-

mo - tomaram o “pretexto” de Bolonha para introduzirem as mais variadas reformas, algumas das quais nada têm a ver com este processo, ou são mesmo contraditórias com o seu espírito: por exemplo, o favorecimento das Fundações, as restrições do RJIES à participação dos estudantes, docentes e não docentes na gestão das instituições, ou o estrangulamento financeiro das instituições a que assistimos nos últimos anos, dificilmente se podem considerar de acordo com os princípios enunciados na última declaração ministerial. É também uma opção do Ministro português (acompanhado por vários de outros países) a de não incluir sindicatos de docentes nem estudantes no BFUG nacional, sem qualquer justificação para isso!

O grau de implementação das metas de Bolonha também varia bastante de país para país (tanto quanto se vai sabendo): por um lado, obviamente que os países cuja organização já era mais semelhante aos objectivos de Bolonha (os anglo-saxónicos e os nórdicos) estão mais avançados na sua implementação, e tiveram menores dificuldades; por outro lado, e em geral, a “cosmética” legislativa evoluiu bastante mais que a mudança de paradigma ou de prioridades na forma de organizar as principais funções das universidades, mas será previsível que a consolidação destas reformas e a diminuição das resistências se acentue ao longo da próxima década. Alguns países mantiveram algumas diferenças na organização dos estudos (Espanha, Alemanha), mas a maioria adaptou-se, com algumas cambiantes, a uma estrutura de 3 ciclos, em 3+2+3 anos. Tal como previsto desde o início, ficaram fora deste processo (mas foram influenciados por ele) os cursos de Medicina, Arquitectura e Direito. Mantêm-se ainda significativas diferenças de estatutos de carreiras docentes, e mesmo dos doutorandos (“bolsseiros” na maioria dos países, sobretudo os anglo-saxónicos, mas com contratos a prazo e salários nos países escandinavos e possivelmente na Alemanha). Em Portugal, a discussão foi bastante “envenenada” pela polémica “corporativa” acerca da duração dos cursos de Engenharia que se alastrou a alguns outros -, que se concluiu com a introdução de uma figura estranha de “mestrado integrado” de 5 anos, como forma de algumas Universidades captarem alunos e os fixarem por este período, em detrimento da flexibilidade de se poder concluir um 1º ciclo



numa instituição e de mudar para uma outra para concluir um 2º ciclo! O tempo dirá se isto se manterá.

Recentemente, nos últimos meses, os estudantes de alguns países – sobretudo da Europa central e de leste – usaram a contestação à escassez de financiamento das instituições (mormente em clima de crise financeira), e às tentativas de aumentar significativamente as propinas para tentar contestar todo o Processo de Bolonha, tendo paralisado durante algum tempo algumas das faculdades das universidades desses países; tiveram o apoio de algumas organizações sindicais de docentes (da França e Irlanda), e tentaram organizar uma contra-reunião (ou reunião alternativa) à dos Ministros de Bolonha: independentemente das razões que lhes assistem em vários dos problemas que colocam, esta contestação teve muito pouca adesão e não teve qualquer impacto significativo real.

No saldo destes 11 anos de Bolonha, e da participação da Internacional da Educação (e da FENPROF) neste complexo processo, penso que se evitaram os principais “riscos” (até eventualmente exteriores, e “importados” para o processo, mormente o seu lado simplisticamente referenciado como neoliberal), e que fomos aceitando os “desafios” de o ir

transformando, pouco a pouco, em algo mais justo, solidário e promissor para o futuro do conhecimento e do ensino superior para as próximas gerações. E tivemos para isso a preciosa colaboração dos estudantes europeus! E é nos “desafios do futuro” (e não na pura defesa conservadora de um “status quo” anquilosado) que se devem concentrar os nossos esforços, começando pelos objectivos de Bolonha até 2020... como parte integrante de outros esforços para a “*promoção de sociedades democráticas e pacíficas e no reforço da coesão social*” no mundo. ■

Em resultado da luta dos docentes e do apoio conseguido junto dos grupos parlamentares da oposição, para os quais a FENPROF desempenhou um papel central, foram finalmente publicadas no D. R. as alterações aos diplomas que procederam recentemente à revisão das carreiras docentes universitária e politécnica.

Pode aceder aos textos no nosso site: www.fenprof.pt/superior <outbind://4/www.fenprof.pt/superior>

Uma vez mais os concursos e o reino do *faz de conta*

Vitor Miranda
Dirigente do SPGL

No passado dia 12 de Abril iniciou-se, uma vez mais, o Concurso Anual para Contratação 2020/11 e Destacamento por Condições Específicas.

Uma vez mais os dados estão lançados. Uma vez mais a vida de milhares de professores encontra-se numa tómbola e com um destino incerto.

Mas desenganem-se aqueles que pensam que esta é uma questão simples de mero pró-forma e de simples preenchimento de formulários.

Desde já convém desmistificar a ideia, tão propalada pela anterior equipa ministerial, de que todos os professores seriam colocados por 4 anos. É mentira. E é mentira pois para que tal acontecesse, aos professores contratados, era necessário: ser colocado em Agosto; o horário ser completo e anual; manutenção da existência do horário no ano lectivo seguinte; concordância do órgão de gestão e concordância do docente para se manter no lugar. A renovação poderia existir mas sempre e só pelo período de um ano e desde que cumpridas as premissas anteriores... Ou talvez não, como veremos de seguida...

Na verdade, e aquando da saída do Aviso de Abertura para o Concurso que agora decorre, verificaram-se logo alterações legais às condições das possíveis reconduções. Este ano serão consideradas, pela primeira vez para este efeito, todas as colocações ocorridas até 31 de Dezembro de 2009, por via do concurso, em horários completos, ou completados até essa data, desde que anuais.

Mais uma vez as regras do jogo são alteradas a meio do jogo penalizando os professores e as suas opções efectuadas anteriormente isto porque, quando concorreram ao Concurso de 2009/10, apenas as colocações obtidas em Agosto permitiriam a possível recondução. Assim, muitos docentes, aquando do preenchimento dos boletins de concurso, arriscaram colocações em locais mais distantes na expectativa de ficarem colocados em Agosto e manterem-se na escola por recondução. Alguns conseguiram outros não. Com esta alteração, à nor-

ma de recondução, muitos docentes mais graduados ver-se-ão ultrapassados por outros que reduziram espacialmente o campo de preferências, que ficaram colocados em datas posteriores e que têm menos tempo de serviço.

Além desta alteração, e logo nos primeiros dias da abertura do concurso, surgiram problemas com a aplicação informática nos campos que diziam respeito à avaliação obtida no ano anterior. Sim, a avaliação entrou pela primeira vez para efeitos de graduação. Todavia a aplicação não estava programada para deixar registar as inúmeras situações decorrentes do “fantástico” processo de avaliação do 1º ciclo de avaliação, de todos já sobejamente conhecidos e que culminou com a entrega de providências cautelares e intimações em diversos tribunais.

Para além destas duas questões outra é importante aqui referir, pois continua a não ter resposta – o prazo em que decorre a manifestação de preferências.

Ora se é verdade que existe um calendário com as etapas dos concursos, também é verdade que deste não consta qual o período em que os docentes deverão manifestar as suas preferências. Ao não constar esta referência, do dito calendário muitos pensaram, inicialmente, que já nesta primeira fase se procederia a tais manifestações. Mas logo se verificou que não. A informação dada pelo Ministério da Educação é que devem estar atentos à divulgação das datas para o efeito. Ou seja, todos quantos concorreram devem estar de “olhos bem abertos e orelhas arrebicadas” e verificar todos os dias quando, finalmente, se poderá encerrar o processo concursal manifestando as suas preferências. A ansiedade de todos tomará conta e, mais uma vez, o ministério não se mostrou honesto em definir todas as regras atempadamente.

Agora, e depois de concluída a 1.ª fase do concurso, a ansiedade e angústia voltam a tomar conta de todos os que concorreram na expectativa de saber se serão, ou não, colocados. Angústia esta que se prolongará até ao dia 30 do mês de Agosto aquando da saída das listas de colocação.

Esta angústia também se aplica aos pro-

fessores que concorrem a Destacamento por Ausência da Componente Lectiva (DACL) e a Destacamento por Condições Específicas (DCE).

Não nos passa em claro uma outra questão que é a questão dos inúmeros docentes de Habilitação Própria que, mais uma vez, não poderão concorrer a este concurso nacional - impossibilidade decorrente de uma medida iniciada em 2008 com a anterior equipa ministerial. Estes professores, independentemente do número de anos de serviço que tenham, não podem concorrer mas, curiosamente, são recrutados em Ofertas de Escola o que comprova a sua necessidade para colmatar as falhas do sistema. Sobre esta matéria o SPGL e a FEN-PROF desenvolveram várias diligências no sentido de desbloquear esta injustiça e que fossem criados mecanismos para que estes pudessem manter-se em concurso mas, uma vez mais, o ministério não deu resposta.

Em suma nos últimos anos temos assistido a um ataque sem precedentes aos professores, com alterações de regras a meio do jogo mas apenas a favor das pretensões do ministério: é pois um ensaio ao fim dos Concursos Nacionais tal como os conhecemos. Todas as alterações legais produzidas, a introdução das Ofertas de Escola, o fim das colocações cíclicas e das listas graduadas, os concursos para escolas TEIP, o sistema de avaliação, entre outras questões não pretendem mais do que, inquinando um processo concursal que se rege por regras justas e transparentes, abrindo portas, finalmente e definitivamente à Contratação directa - sem inserção, pouco transparente, com critérios díspares e perniciosos e dependendo de uma decisão do Director da Escola ou Órgão de Gestão.

Os concursos aqui estão mais uma vez, e a todos resta-nos: não cruzar os braços, denunciar todas as situações ilegais ou injustas e continuar a lutar pelos direitos dos que cumprem os seus deveres.

Meus amigos neste reino do *Faz de Conta*, uma vez mais, faz de conta que está tudo bem. ■

Sobre o Estatuto do Aluno (1)



ROLANDO F. SILVA
Direcção do SPGL

Num contexto de *crecente indisciplina e violência* que tem vindo a aumentar gradualmente nos espaços escolares, e que também se tem acentuado sobre a forma de violência dos alunos entre si (bullying), tendo como efeito a degradação crescente das condições de trabalho principalmente dentro da própria sala de aula, seria de esperar que, embora a questão não se resolva só com legislação, o M.E. desse sinais claros de *vontade e coragem política* na alteração da actual proposta do Estatuto do Aluno no sentido de resolver o problema da indisciplina, *devolvendo a autoridade do professor* e, simultaneamente, *aumentando a responsabilização das famílias*.

Com efeito, sem um reforço dessa autoridade e sem essa responsabilização, não estão criadas as condições, na actual situação que se vive no dia a dia das escolas, para *desenvolver atitudes mais positivas*, por parte do estudante perante o trabalho escolar, a disciplina e a responsabilidade individual.

Infelizmente, a proposta que saiu do Conselho de Ministros apenas introduziu *pequenas alterações pontuais*, em relação ao anterior diploma, não indo ao fundo do problema. Senão, vejamos: em primeiro lugar, e em relação às propostas apresentadas pela quase totalidade dos partidos políticos na Assembleia da República, a proposta do Governo é a única que *exclui a retenção por faltas* (quando, na anterior situação, e em relação ao Ensino Básico, o Conselho de Turma é que deveria decidir sobre essa situação).

Quanto às faltas propriamente ditas, a proposta do Governo apenas distingue as faltas justificadas das injustificadas e acaba com as faltas de material. Quanto aos efeitos das faltas, quando o aluno apresente excesso de faltas, deve ser objecto de medidas de diferenciação pedagógi-

ca; quando exceda o seu limite, a escola deve promover *medidas cautelares* (que são definidas como sendo de “natureza eminentemente preventiva” e que compreendem a *repreensão* e as outras que já estavam em vigor: *ordem de saída da sala de aula* e *realização de tarefas e actividades de integração escolar*) e *medidas disciplinares* (que pertencem sobretudo ao Director, não se prevendo, por exemplo a convocação do Conselho de Turma disciplinar e sendo a medida extrema, *transferência de escola*, da responsabilidade do Director Regional de Educação). De resto, quanto a esta matéria, apenas se altera o número de dias em que o aluno pode ficar sujeito à *suspensão preventiva* (de 5 passa para 10 dias úteis e ao aluno que incorra em tal situação, deve ser providenciado, pelo M.E., *apoio médico e psicológico*) e se fixa um prazo máximo de 20 dias para a *conclusão do procedimento disciplinar*, sob pena da sua caducidade.

Uma última cláusula expressa diz respeito à *obrigatoriedade de participação ao Director “de comportamentos susceptíveis de constituir infracção disciplinar”* (quer por parte dos professores, quer do pessoal auxiliar, quer dos alunos que, numa eventual situação destas, comunicam ao Director de Turma).

Praticamente, também todos os partidos de Oposição entregaram propostas na Assembleia da República sobre esta matéria. As propostas do PSD e do CDS/PP, no essencial agravam as medidas disciplinares, prevendo a *retenção* e a *exclusão* do aluno, embora antecedidas de medidas correctivas com carácter pedagógico: um *plano de acompanhamento especial* (proposto pelo PSD) e um *plano individual de trabalho* a efectuar em período suplementar ao horário lectivo (CDS/PP). Também estes dois partidos prevêm a obrigação de *reparação de danos provocados no património escolar* e a proposta do PSD aborda ainda a possibilidade do aluno poder ter de vir a realizar *trabalho comunitário*. O CDS/PP propõe ainda o agravamento das penas dos alunos, no caso de se verificarem *agressões a professores no exercício das suas funções*.

Quanto aos Encarregados de Educação,

na proposta destes dois partidos, também podem ser alvos de medidas repressivas, em função do comportamento dos seus educandos, nomeadamente a *frequência de sessões de capacidade parental* e/ou *prestação de trabalho a favor da comunidade escolar* (PSD), enquanto que o CDS/PP opta, nestas situações, pela *redução das medidas de apoio escolar*. Curiosamente, numa atitude de utilização do “efeito do pau e da cenoura” também este partido propõe *prémios de mérito* e *majoração do apoio social* em função dos (bons) resultados escolares dos alunos.

O BE e o PCP preconizam essencialmente medidas de acompanhamento pedagógico, nomeadamente *equipas de apoio multidisciplinares* (que consta igualmente da proposta do PSD). No caso do BE, cada agrupamento de escolas deveria ter uma equipa multidisciplinar constituída por professores, psicólogos, mediadores e técnicos de serviço social, enquanto o PCP propõe um Gabinete Pedagógico de Integração Escolar. Para o PSD, a equipa multidisciplinar deve ser liderada por um psicólogo e estar articulada com a Comissão de Protecção a Crianças e Jovens.

No que diz respeito ao aspecto disciplinar, quer o BE quer o PCP prevêm medidas disciplinares para os alunos faltosos e, quando ultrapassado o limite das faltas, o *cumprimento de um plano de acompanhamento* e, quando tal se não verificar, a *retenção do aluno*, sujeita ainda, na proposta do BE, a um parecer positivo do Conselho de Turma disciplinar. De referir que estas duas forças políticas colocam as competências na determinação das medidas essencialmente no Conselho de Turma, só depois é que pode vir a intervenção do Director. De referir, igualmente, que a proposta do PCP faz desaparecer a *muldança de turma*, que é substituída pela *realização de trabalhos suplementares com peso avaliativo*.

Neste momento as propostas estão na Assembleia da República, cabendo a este órgão a decisão política final sobre o articulado do Estatuto do Aluno. Numa segunda parte, e quando já se tiver verificado a votação final, concluiremos a abordagem desta questão. ■

Ensino Particular e Cooperativo



Dispensa da profissionalização dos docentes do Ensino Especializado da Música do Ensino Particular e Cooperativo (Despacho 18040/2008)

No seguimento das exigências apresentadas pelo SPGL junto do M.E. a fim de ver enquadrados os professores do ensino especializado da música a exercerem funções no ensino particular e cooperativo, abrangidos pelo Despacho 18040/2008, de 24 de Junho, e verificando-se que até à presente data não obtivemos uma resposta em conformidade com o requerido, vimos sugerir aos nossos associados que apresentem junto da DGRHE o requerimento 1 ou o requerimento 2 “(disponível no sector Ensino Particular no site do SPGL)” conforme as condições de cada docente, de modo a pressionar o M.E. No caso de alguns docentes já o terem feito e ter sido indeferido, devem contactar os Serviços do Sindicato por forma a ser dado andamento ao processo.

Se, por outro lado, não obteve resposta ao requerimento já apresentado deverá insistir na resposta do M.E. através do requerimento 3 “(disponível no sector Ensino Particular no site do SPGL)”;

se permanecer sem resposta no prazo de dez dias úteis após apresentação do referido requerimento deverá entrar em contacto com os Serviços do Sindicato, para procedermos à Intimação Judicial do M.E.

Dispensa da profissionalização dos Docentes com Diploma de Ensino Primário Particular (Despacho n.º 14940/2008, de 15 de Maio)

- O Despacho supracitado determina a dispensa da profissionalização aos docentes do 1.º Ciclo com diploma do ensino Primário Particular, a exercer funções no ensino particular e cooperativo, desde que reúnam as condições ali previstas;

- Pretendeu o órgão de soberania recuperar as desigualdades que se verificaram ao longo dos anos e considerar as legítimas expectativas profissionais dos professores com Diploma de Ensino Primário Particular e dispensá-los da realização da profissionalização, permitindo que se verificassem de imediato os efeitos do Despacho, atingindo assim a esfera jurídica do docente que reunisse os requisitos da lei considerando-se para tal profissionalizado para o exercício da docência no ensino particular e cooperativo;

- Consequentemente, esta dispensa implica, para além da concessão da habilitação profissional, o reposicionamento na carreira do ensino particular que é regulada pela Convenção Colectiva de Trabalho para o Ensino Particular em vigor (publicado no B.T.E., 1.ª série, n.º 11, de 22/03/2007);

- Ora, conjugando os efeitos acima expendidos com o vertido no artigo 44.º, n.º 5 do citado Contrato Colectivo de Trabalho, que estabelece que: “(...) 5 - *os docentes legalmente dispensados da profissionalização integram-se nos níveis correspondentes dos docentes profissionalizados(...)*” de acordo com

o respectivo tempo de serviço, conclui-se inequivocamente pelo direito dos docentes à integração na Tabela correcta auferindo em conformidade com o tempo de serviço e a sua habilitação profissional;

- Acresce o facto de ter o legislador, Secretário de Estado da Educação, prescindido de outros formalismos, dando para tal força jurídica ao despacho, implicando a concessão de habilitação profissional imediata aos docentes;

- Resistindo, porém, dúvidas sobre o momento da integração dos docentes nas respectivas Tabelas, entenderam os Serviços do Ministério da Educação, fazer uma interpretação da norma e através de Nota Informativa da DGRHE consideraram os efeitos da dispensa da profissionalização a 1 de Setembro de 2009;

- Na esteira do acima afirmado, tem cabimento jurídico o reconhecimento da dispensa da profissionalização para o ensino particular e em simultâneo a integração na Tabela correspondente às novas habilitações profissionais dos docentes.

Assim, os docentes abrangidos pelo Despacho deverão apresentar requerimento às Direcções dos Estabelecimentos de Ensino, de acordo com texto disponível no sector Ensino Particular no site do SPGL.

Para mais esclarecimentos devem contactar o Departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's



MARIA DO CARMO TAVARES
C.E.C.O. da CGTP

Há poucos dias comemorávamos 36 anos da Revolução de Abril, que teve impactos sociais, para muitos ainda imagináveis.

A decisão do Governo Provisório de Vasco Gonçalves de criar o salário mínimo nacional, até então inexistente, de 3.300\$00, que abrangeu grande parte dos trabalhadores e, consequentemente, levou à institucionalização da pensão mínima no regime geral com o valor de 50% do SMN.

A universalização do sistema de segurança social foi sendo alicerçado com o alargamento das pensões de sobrevivência a todas as viúvas (e mais tarde, por reivindicação da CGTP-IN, a todos os viúvos), a criação de uma pensão social de velhice e invalidez para as pessoas com inexistência de carreira contributiva e reduzidos rendimentos do regime para os trabalhadores independentes e o subsídio de desemprego, entre muitas outras prestações.

Muitas centenas de milhares de pessoas, que até então sem ou com uma ineficaz protecção social, passaram a ter rendimentos, melhorando o seu nível de vida e reduziu uma pobreza persistente.

Para além dos rendimentos, as pessoas conquistaram outra vertente de protecção social a partir praticamente

Aposentados e reformados têm de ter mais acção e visibilidade

do zero, o desenvolvimento da acção social tendo sido criado centros de dia e lares para idosos e dependentes por todo o país. Tendo o Poder Local tido um papel de destaque, o que não é alheio a sua proximidade à comunidade, dando corpo às suas necessidades.

Durante estas 3 décadas, a protecção social teve evoluções, foram conquistados direitos, muitos reivindicados pela CGTP-IN, mas muitas das vezes a Segurança Social não teve o desenvolvimento necessário face aos novos riscos sociais, como teve muitos revezes pelo efeito das políticas seguidas pelos governos do PS, PSD/CDS.

Dessas vezes destaco a integração do sistema de protecção social dos trabalhadores da administração pública central e local com o regime geral da Segurança Social, que devia ter sido feito num espaço de tempo longo, assente em compromissos, que não permitisse a quebra de direitos e expectativas legítimas dos trabalhadores, chegou-se ao ponto dos governos nem sequer cumprirem decisões tomadas, o que representa um retrocesso.

Por outro lado, foi a imposição do factor de sustentabilidade que passou a vigorar para os reformados e aposentados que tiveram acesso a partir de 1 de Janeiro de 2008, que associa o aumento da esperança de vida a redução das pensões, o que levou a consideráveis cortes.

Outra matéria de vital importância é a forma como são aumentadas as pensões. A CGTP-IN sempre pugnou, e deve-se à sua luta a dignificação das

pensões mínimas, aumentando ao longo dos anos o seu poder de compra, mas não é aceitável de modo nenhum que as pensões acima das mínimas, ou não tenham tido nenhum aumento, ou nem sequer mantenham o poder de compra. Há uma degradação evidente destas pensões. A CGTP-IN é a segunda vez que põe estas questões na Assembleia da República em forma de petição, apresentando a exigência da revogação do factor de sustentabilidade e de uma fórmula diferente para aumentar as pensões.

Mas o que é necessário, em primeiro lugar que os reformados e aposentados tenham acção e visibilidade. Considero essencial a Inter-Reformados impor-se e ter expressão a todos os níveis.

O PEC do Governo Sócrates refere que pretende congelar os salários da Administração Pública até 2013, e que efeito terá sobre os aposentados, pode-se perguntar.

Por outro lado, há ameaças do congelamento do Indexante de Apoios Sociais (IAS) e das pensões e prestações sociais do regime não contributivo até 2013. O IAS mexe com vastíssimas questões da nossa vida e das nossas famílias. Por outro lado, a nível da tributação, o PEC quer penalizar significativamente a dedução específica que também se aplica aos aposentados e reformados, aumentando os impostos de forma indirecta.

Impõe-se dizer **NÃO AO PEC**, porque é anti-social, não promove o crescimento e arrefece a economia, empobrece os trabalhadores, os pensionistas e o País. ■

PARTICIPAÇÃO DISCIPLINAR MUITO GRAVE:

Professora agredida:

Grupo Disciplinar: 10° B – Filosofia

Agressor:

Contextualização:

Dia vinte e seis de Março de 2010. Último dia de aulas. Às 14 horas dirigi-me à sala 15 no Pavilhão A para dar a aula de Área de Integração à turma 10° DG do Curso Profissional de Design Gráfico. Propus aos alunos a ida à exposição no Polivalente e à Feira do Livro, actividades a decorrer no âmbito dos dias da ESE. A grande maioria dos elementos da turma concordou, com excepção de três ou quatro elementos que queriam permanecer dentro da sala de aula sozinhos. Deixar que os alunos fiquem sozinhos na sala de aula sem a presença do professor é algo que não está previsto no Regulamento Interno da Escola pelo que, perante a resistência dos alunos que não manifestavam qualquer interesse nas actividades supracitadas decidi que ficaríamos todos na sala com a seguinte tarefa: cada aluno deveria produzir um texto subordinado ao tema “A socialização” o qual me deveria ser entregue no final da aula. Será preciso dizer qual a reacção dos alunos? Apenas poderei afirmar que os alunos desta turma resistem sempre pela negativa a qualquer trabalho porque a escola é, na sua perspectiva, um espaço de divertimento mais do que um espaço de trabalho. Digamos que é uma Escola a fingir

onde TUDO É PERMITIDO!

É muito fácil não ter problemas com os alunos. Basta concordar com eles e obedecer aos seus caprichos. Esta não é, para mim, uma solução apaziguadora do meu estado de espírito. Antes pelo contrário. A seriedade é uma bússola que sempre me orientou mas tenho que confessar, não raras vezes, sinto imensas dificuldades em estimular o apetite pelo saber a alunos que têm por este um desprezo absoluto. As generalizações são abusivas. Neste caso, não se trata de uma generalização abusiva mas de uma verdade inquestionável. Permitam-me um desabafo: os Cursos Profissionais são o maior embuste da actual Política Educativa. Acabar com estes cursos? Não me parece a solução. Alterem-se as regras.

Factos ocorridos na sala de aula:

Primeiro Facto: Dei início à aula não sem antes solicitar aos alunos que se acomodassem nos seus lugares. Todos o fizeram exceptuando o aluno ******, que fez questão de se sentar em cima da mesa com a intenção manifesta de boicotar a aula e de desa-

fiar a autoridade da professora.

Dei ordem ao aluno para que se sentasse devidamente e este fez questão de que eu o olhasse com atenção para verificar que ele, ******, já estava efectivamente sentado e ainda que eu não concordasse com a sua forma peculiar de se sentar no contexto de sala de aula, seria assim que ele continuaria: sentado em cima da mesa. Por três vezes insisti para que o aluno se acomodasse correctamente e por três vezes o aluno resistiu a esta ordem.

Reacção da maioria dos elementos da turma: Risada geral.

Reacção do aluno ******: Olhar de agradecimento dirigido aos colegas porque afinal a sua “ousadia” foi reconhecida e aplaudida.

Reacção da professora: sensação de impotência e quebra súbita da auto-estima. Senti este primeiro momento de desautorização como uma forma que o aluno, instalado na sua arrogância, encontrou de me tentar humilhar para não se sentir humilhado.

Como diria Gandhi, “O que mais me impressiona nos fracos, é que eles precisam de humilhar os outros, para se sentirem fortes...”

Saliento que neste primeiro momento da aula a humilhação não me atingiu a alma embora essa fosse manifestamen-

te a intenção do aluno.

Segundo Facto: Dei ordem de expulsão da sala de aula ao aluno ***** , com falta disciplinar. O aluno recusou sair da sala e manteve-se sentado em cima da mesa com uma postura de “herói” que nenhum professor tem o direito de derrubar sob pena de ter que assumir as consequências físicas que a imposição da sua autoridade poderá acarretar. Nem sempre um professor age ou reage da forma mais correcta quando é confrontado com situações de indisciplina na sala de aula. Deveria eu saber fazê-lo? Talvez! Afinal, a normalização da indisciplina é um facto que ninguém poderá negar. Deveria ter chamado o Director da Escola para expulsar o aluno da sala de aula? Talvez...mas não o fiz. Tenho a certeza de que se tivesse sido essa a minha opção a minha fragilidade ficaria mais exposta e doravante a minha autoridade ficaria arruinada.

Dirigi-me ao aluno e conduzi-o eu própria, pelo braço, até à porta para que abandonasse a sala. O aluno afastou-me com violência e fez questão de se despedir de uma forma tremendamente singular: colocou os seus dedos na boca e em jeito de despedida absolutamente desprezível, atirou-me um beijo que fez questão de me acertar na face com a palma da mão. Dito de uma forma muito simples e SEM VERGONHA: Fui vítima de agressão. Pela primeira vez em aproximadamente vinte anos de serviço.

Intensidade Física da agressão: Média (sem marcas).

Intensidade Psicológica e Moral da agressão: Muito Forte.

Reacção dos alunos: Riso Nervoso.

Reacção do aluno *****: Ódio visível no olhar.

Reacção da professora: Humilhação.

Ainda que eu saiba que a humilhação é fruto da arrogância e que os arrogantes nada mais são do que pessoas com complexos de inferioridade que usam a humilhação para não serem humilhados, o que eu senti no momento da agressão foi uma espécie de visita tão incómoda quanto desesperante. Acreditem: a visita da humilhação não é nada agradável e só quem já a sentiu na alma pode compreender a minha linguagem.

Terceiro Facto: O aluno preparava-



se para fugir da sala depois de me ter agredido e, conforme o Regulamento Interno determina, todos os alunos que são expulsos da sala de aula terão que ser conduzidos até ao GAAF, Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família. Para o efeito, chamei, sem êxito, a funcionária do Pavilhão A, que não me conseguiu ouvir por se encontrar no rés-do-chão. Enquanto tal, não larguei o aluno para que ele não fugisse da escola (embora lhe fosse difícil fazê-lo porque os portões da escola estão fechados).

Mais uma vez, o aluno agrediu-me, desta vez, com maior violência, sacudindo-me os braços para se libertar e depois de conseguir o seu objectivo, começou a imitar os movimentos típicos de um pugilista para me intimidar. Esta situação ocorreu já fora da sala de aula, no corredor do último piso do Pavilhão A. Reacção dos alunos (que entretanto saíram da sala para assistir à cena lamentável de humilhação de uma professora no exercício das suas funções): Risada geral.

Reacção do aluno *****: Entregou-se à funcionária que entretanto se apercebeu da ocorrência.

Reacção da Professora: Revolta e Dor contidas que só o olhar de um aluno mais atento ou mais sensível conseguiria descodificar. Porque, acreditem:

dei a aula no tempo que me restou com uma máscara de coragem que só caiu quando a aula terminou e sem que nenhum aluno se apercebesse. Entretanto, a funcionária bateu à porta para me informar que o aluno queria entrar na aula para me pedir desculpa pelo seu comportamento “exemplar”.

Diz-se que um pedido de desculpas engrandece as partes: quem o pede e quem o aceita. Não aceitei este pedido por considerar que, fazendo-o, estaria a pactuar com um sistema em que os professores são constantemente diabolizados, desprestigiados e ameaçados na sua integridade física e moral. Em última análise, a liberdade não se aliena. O aluno escolheu o seu comportamento. O aluno deverá assumir as consequências do comportamento que escolheu e deverá responder por ele. É preciso PUNIR quem deve ser punido. E punir em conformidade com a gravidade de cada situação. A situação relatada é muito grave e deverá ser punida severamente. Sou suspeita por estar a propor uma pena severa? Não! Estou simplesmente a pedir que se faça justiça.

Vamos ser sérios. Vamos ser solidários. Vamos lutar por uma Escola Decente.

PS: Este caso já foi participado na Polícia e seguirá para Tribunal.



Isilda Andrade
Direcção do SPGL

Teologia da Dominação

Não deixa de ser uma coincidência curiosa que, no ano em que se comemoram os 100 anos da República, Portugal recebe o papa Bento XVI. Acaso ou necessidade à parte, este facto introduzir-nos-ia na discussão sobre as relações entre poder e igreja católica e se quisermos no espaço da crítica, em que essa relação deve ser analisada, sobre os 100 anos de exercício do poder como coisa pública. Mas tracemos apenas algumas linhas no que ao questionamento das relações entre estado e igreja diz respeito, em cem anos de República. Foi na esfera da Educação que tão bem se sentiram as marcas desta relação, numa primeira fase, graças à responsabilização do estado no ensino e ao crescente afastamento do ensino religioso, através das medidas anticlericais e de laicidade da 1ª república, de combate ao analfabetismo exponencial existente em Portugal, isto, até ao golpe militar de 1926. Já com o Estado Novo, a República (se é que assim a podemos designar, penso que não), o sistema educacional, controlado pelo regime, não conheceu a oposição da igreja, pelo contrário, estabeleceu-se entre ambos uma complicitade e harmonia provados há muito, tal convivência estendendo-se pelo âmbito político e económico. Por outro lado, não se conhece a influência da igreja no poder político, na adopção de medidas de superação das grandes dificuldades dos

pobres e oprimidos. Também aqui a igreja esteve ao lado dos opressores, tal como esteve com Franco, com a ditadura militar brasileira da década de 60 ou com Pinochet - o torcionário, para referir alguns exemplos da história. Os exemplos práticos são muitos para não se ter uma representação da igreja católica como uma teologia da dominação, desde que Roma a adoptou como religião oficial. De fora, ficam figuras que me merecem o maior respeito, tais como, Padre António Vieira, os irmãos Boff, D. Manuel Martins, ou Frei Bento Domingues.

De Sto. Anselmo, S. Tomás de Aquino aos intelectuais da igreja hoje, a Teologia do catolicismo pode resumir-se a uma apologética que é a tentativa de explicar racionalmente os seus princípios e os seus dogmas. Estes são encarados pelos seus representantes como providos de uma inteligibilidade e coerência próprias, verdades indubitáveis. Também ao nível teórico há aqui muito de dominador e impositivo, embora seja perfeitamente lícito, no plano da doutrina. Como o é a experiência da fé de cada um. Não direi o mesmo da tentativa de explicação racional quer da fé quer da ideia de Deus, quando ambos se tratam de pura imanência e experiência vivenciada. Mas o problema reside mesmo na prática institucional e na forma como a igreja comunica as suas verdades com o mundo. **O papa vem cá** e traz com ele o dogma da sua

infallibilidade. Que tem Bento XVI para dizer aos portugueses sobre o encobrimento da igreja dos crimes perpetrados por seus membros e que são públicos? **O papa vem cá.** Que dirá aos desempregados, aos excluídos das pensões sociais, à pobreza, em grande parte, consequências de políticas de um modelo de sociedade com que sempre a instituição que representa se deu tão bem? Aceitarão, os seus fiéis, a ostentação em que os seus membros vivem? Que foi feito da mensagem de Cristo, de igualdade e fraternidade? **O papa vem cá.** Podemos esperar uns milhares de portugueses que o aplaudirão e agitarão bandeiras. Como o farão em Junho com a copa do mundo de futebol. Os seus seguidores dirão que trará uma mensagem de esperança. Se apenas contarmos com uma esperança construída pelos princípios e pelas práticas da igreja até agora conhecidos, infelizmente não podemos esperar muito mais do que “Um povo imbecilizado e resignado, (...) não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai” e de continuarmos a concordar com a terrível actualidade de Guerra Junqueiro. É costume referir-se a passagem bíblica de *dar a outra face* e raramente aquela em que Jesus derruba mesas e *expulsa os vendilhões do Templo*. **O papa vem cá.** Que tem Bento XVI a dizer sobre as mortes por vírus HIV em África, quando as campanhas católicas continuam a proibir o uso do preservativo?

Se República é laicidade e liberdade religiosa, condiz mais com Democracia, então porque é que as cidades e as terras de Portugal estão repletas de “crucifixos” que são os cartazes que abundam por aí? Se apenas 20% dos portugueses são católicos praticantes, que liberdade religiosa é esta em que um único culto religioso impõe à maioria, praticamente, uma semana de imagens, cultos, ritos e tantos constrangimentos quotidianos? De nada serve invocar a distinção fictícia entre laicidade do Estado e laicidade da sociedade, para justificar este facto, pois quando o próprio estado falha nessa independência, pouca escolha consciente se pode esperar da sociedade civil. Finalmente, que discursos, que panfletos passarão em muitas escolas portuguesas, sobre a vinda do papa, sabendo que a ministra Isabel Alçada integrará o grupo de presentes na recepção ao papa? É preciso ver o que se anda a ensinar às crianças e aos jovens. É preciso explicar o exemplo de Giordano Bruno, Galileu, Darwin e tantos outros e do obstáculo da escolástica ao conhecimento. Não que a ciência não contenha os seus desvarios, mas é ainda graças a essa capacidade tipicamente humana e universal - a capacidade de pensar livre, que os seus limites podem ser definidos. Que limites para a presença dominadora da igreja católica? ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

- Tel: 213819100
- Fax: 213819199
- spgl@spgl.pt
- Direcção: direccao@spgl.pt
- www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

- TEL: 21 381 9192
- apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

- TEL: 21 381 9127
- contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

- TEL: 21 381 9109
- servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

- TEL: 21 381 9143
- servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

- TEL: 21 381 9119
- fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

- Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel.: 219212573 Fax: 219212559
- Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157

- E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt
- Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487

- E-Mail: vilafranca@spgl.pt
- Direcção Regional do Oeste
- Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240

- E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

- Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

- Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
- Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

- Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

- Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A

- 2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

- Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

- Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

- Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Aniversário do SPGL



ESPECTÁCULO COMEMORATIVO
DO 36º ANIVERSÁRIO DO SPGL
2 DE MAIO

ANOS COM OS PROFESSORES



Os 36 anos do SPGL foram comemorados com “um hino à liberdade” - o espectáculo em palco no Teatro Villaret “O que faz falta”, que se apresenta com o objectivo de provocar uma reflexão “sobre as múltiplas formas de se sair da crise e inventar um outro futuro”. Uma opção muito significativa para celebrar o aniversário de um sindicato que, nas palavras do seu presidente, António Avelãs, se afirma como “um espaço de grande pluralismo e abertura” e cuja intervenção aqui reproduzimos.

Impus a mim próprio não ultrapassar 5 minutos nesta saudação a todos os professores e sobretudo aos sócios do SPGL de modo a não perturbar o horário dos actores que nos vão proporcionar o espectáculo com que o SPGL comemora os seus 36 anos de existência. 36 anos que fizeram do SPGL o maior e mais dinâmico sindicato de professores e educadores e uma das forças sindicais mais importantes no panorama do sindicalismo em Portugal. Tal estatuto só foi possível porque ao longo destes anos o SPGL soube ser sempre um espaço de grande ligação aos professores e educadores, de íntima ligação às escolas e seus problemas e, por isso mesmo, um espaço de grande pluralismo e abertura. No SPGL habituamo-nos a considerar natural e saudável a divergência de opiniões e o confronto franco e aberto de ideias. Na direcção ou fora dela, há um reconhecido espaço de intervenção para todos os sócios. Se os professores são eles mesmos plurais como o não seria o seu sindicato que a todos quer representar? Recebemos esta matriz dos que há 36 anos constituíram o SPGL. Já nos está no sangue, já faz parte da identidade que não queremos perder!

Nós, os sindicatos, somos o futuro

Esta busca exigente da unidade cimentada na natural diversidade torna-se ainda mais necessária quando, como todos sentimos, enfrentamos quotidianamente a pressão ideológica dos que apregoam os sindicatos

como forças ultrapassadas e como os responsáveis pelas dificuldades que o país atravessa, e, porque falamos de sindicatos de professores e educadores, culpados das dificuldades e desaires do nosso sistema educativo. Gostariam estes sectores ultraliberais e requintadamente reaccionários de regressar a sociedades sem sindicatos. É preciso dizer-lhes de forma muito clara que os sindicatos não são o passado. O passado são precisamente as sociedades sem sindicatos e sem sindicatos fortes e representativos. A esses ultraliberais, por vezes bem falantes e com lugar garantido em tudo o que seja comunicação social temos que dizer, bem alto, que nós, os sindicatos, somos o futuro e que não vamos desistir de conquistar e de fundar um futuro em que a felicidade e o bem estar sejam conquistas reais para todos e não apenas para uns tantos privilegiados. Mas o ataque aos sindicatos, infelizmente, não vem apenas desses sectores ultraliberais. Vem também de governos dirigidos por um primeiro-ministro teoricamente socialista – José Sócrates. Foi o governo anterior, socialista, que fez aprovar uma lei que reduziu drasticamente os créditos sindicais ao SPGL ao impor para cálculo do número de créditos sindicais atribuídos a cada sindicato o tecto de 10000 sócios. Isto é, tratando como iguais um sindicato que tenha 10 mil ou, um outro, como é o caso do SPGL, com 20000 sócios. Mas o ataque de Sócrates aos sindicatos traduziu-se também na penalização na progressão na carreira objectivamente imposta a quem opte por ser dirigente sindical, quer a tempo inteiro quer a tempo parcial, e ainda pela exigência de que as reuniões sindicais legalmente previstas para decorrerem no horário laboral só se possam fazer na própria escola, o que é manifestamente impossível se nos lembrarmos dos milhares de escolas que existem.

Conseguimos responder às principais exigências colocadas

Este foi o primeiro ano em que o SPGL trabalhou nas condições injustas impostas pelo governo anterior e que este pretende continuar, numa clara violação do princí-

pio da representatividade sindical. Não nos iludamos: as limitações que nos impuseram impediram-nos de estar mais presentes nas escolas e dificultaram a ligação aos nossos sócios. Mas tenho o orgulho de dizer que, com o trabalho extenuante de muitos dirigentes – boa parte deles trabalhando sindicalmente sem qualquer redução ou com reduções escassas – e com a excepcional dedicação dos nossos trabalhadores, que perceberam a situação, conseguimos aumentar, ainda que ligeiramente, o nosso número de sócios e conseguimos responder às principais exigências colocadas. E porque a transparência democrática é um dos apanágios do SPGL, reafirmo publicamente que somos, hoje, 19 567 sócios e que, contrariando o DN do passado dia 24, não perdemos sócios nos últimos 4 anos!

É verdade que enfrentamos dificuldades: manter o número de sócios não significa manter o valor das receitas de quotização, por razões que todos conhecemos. Mas,

“Seremos capazes de proceder às renovações necessárias para garantir o futuro deste maravilhoso colectivo que é o SPGL!”

uma gestão rigorosa e profissional permite garantir que o SPGL se mantém em boa condição financeira e com força necessária para continuar a defender os professores e educadores e a lutar pela defesa da escola pública.

Enfrentamos pois o futuro com consciência das dificuldades mas com a enorme segurança de quem continua a merecer a confiança da classe docente. E que com essa reiterada confiança, seremos capazes de proceder às renovações necessárias para garantir o futuro deste maravilhoso colectivo que é o SPGL! ■

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

8º CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Formadora - SOFIA PEREIRA

Objectivos Pedagógicos

Proporcionar aos formandos os conhecimentos básicos informáticos que lhes permitam explorar as potencialidades do computador e otimizar a sua utilização, explorando as regras básicas de segurança de acesso e navegação na internet.

Competências Adquiridas

No final da formação os formandos deverão ter aperfeiçoado o seu desempenho através da utilização das áreas tecnológicas seguintes:

- Sistema operativo
- Processamento de texto
- Internet
- Correio electrónico

Nº de Formandos:

mínimo - 9 ; máximo - 18

Público - Alvo - Formandos sem conhecimentos de informática

Duração - 24 h (8 sessões de 3h)

Calendarização - 16, 21, 23, 28, 30 de Junho e 5, 6 e 7 de Julho

Horário - 2ª e 4ª feiras das 14,30h às 17,30h

Custo:

Sócios SPGL – 15€

Sócios FENPROF, USL - 20€

N/ sócios – 70€

(pagamento no acto da inscrição)

Inscrições até 9 de Junho

Crítérios de selecção

1º - Sócios do SPGL

2º - Sócios de outros sindicatos da FENPROF e da USL

3º - Não sócios.

Local - Sala de informática do SPGL

A Sustentabilidade da Segurança Social e o Estatuto de Aposentação



Conferência de

Eugénio Rosa
economista

com a presença de

António Avelãs

17 de Junho
5ª feira - 17h

Sede do SPGL

Departamento de Professores
e Educadores aposentados

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados
Ficha de Inscrição

8º CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Nome: _____

Sindicato _____ NºSócio: _____

Morada _____

Tel. _____

Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____

No valor de _____ €)

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respectivo cheque, deverá ser enviada, **até 9 de Junho**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL ou entregue directamente das 10h às 17h.

Nota 2: Para a frequência do curso **apenas serão informados os professores seleccionados.**

Faleceu o

Dr. Frederico Valsassina,

prestigiada figura do Ensino

Particular e Cooperativo,

connosco colaborou em várias ocasiões, nomeadamente através

de uma entrevista para o Escola

Informação em Maio de 1997.

À família enlutada a Direcção

do SPGL apresenta sentidas

condolências.

A Direcção do SPGL

Legislação

- **Dec-Lei nº 18/2010, de 19/03**
Estabelece o regime do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública
- **Dec-Lei nº 22/2010, de 25/03**
Estabelece o prazo para a nomeação de novos coordenadores e adjuntos de coordenação das estruturas de coordenação do ensino de português no estrangeiro
- **Despacho nº 4653/2010, de 16/03**
Fixa para o ano escolar 2010/2011 a quota de 130 para a concessão de equiparação a bolsheiro
- **Despacho nº 4654/2010, de 16/03**
Fixa para o ano escolar de 2010/2011 a quota de 130 para concessão de licença sabática
- **Despacho nº 4857/2010, de 18/03**
Suspende os processos de adopção de novos manuais escolares nas áreas curriculares disciplinares de Língua Portuguesa dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico
- **Despacho nº 4913-B/2010, de 18/03**
Determina os procedimentos a adoptar no âmbito da apreciação intercalar
- **Despacho nº 5090/2010, de 22/03**
Alteração do calendário escolar do pré-escolar
- **Despacho Normativo nº 7/2010, de 16/03**
Regulamento do júri nacional de exames e regulamento dos exames do ensino básico e secundário
- **Despacho nº 6135/2010, de 07/04**
Nomeação do júri nacional de exames do Ensino Básico e Secundário e das provas de aferição para o ano de 2010
- **Portaria nº 196-A/2010, de 09/04**
Regulamenta a Lei nº 60/2009, 6 de Agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



A MINHA AVALIAÇÃO

A página da CULTURA apresenta de novo o tema da avaliação, seguindo, de resto, promessa anteriormente feita. Lembramos aquilo que, então, aqui foi dito: «A AVALIAÇÃO, tal qual ela aqui será compreendida, dirá respeito, como não poderia deixar de ser, à avaliação dos professores, de qualquer grau de ensino, e dirá respeito à avaliação em si, isto é, a esta necessidade que parece implantar-se cada vez mais, fenómeno dos nossos dias, de tudo avaliar e a todos, em qualquer momento. Interrogar o particular, mas também o geral, no que diz respeito à avaliação, e reflectir são os nossos objectivos». Recordamos, ainda, que as opiniões aqui expressas/transcritas não devem confundir-se com as opiniões/reflexões de cada um ou com as opiniões/propostas sindicais já emitidas ou a emitir.



Hoje, damos a conhecer a opinião de Vitorino Magalhães Godinho, expressa na sua mais recente obra, publicada há pouco (Dezembro de 2009) pelas Edições Colibri. O Professor Vitorino Magalhães Godinho aborda nesta obra (128 páginas) os problemas do país no que diz respeito à educação, à justiça, ao sistema económico, ao ordenamento do território, ao património cultural, etc. Significativamente, a obra apresenta-se com o seguinte subtítulo: «mudar de rumo».

A Avaliação na opinião de Vitorino Magalhães Godinho

O trecho aqui transcrito insere-se nas últimas páginas da obra, aquelas que se intitulam de «Complementos». Nestas páginas, como o título que lhes é

dado pretende indicar, abordam-se alguns temas da actualidade (do momento da publicação da obra). Transcrevemos, portanto, a totalidade das linhas que dizem respeito ao nosso tema (páginas 125-126).

Há mais de um ano que Ministério da Educação e professores do Básico e Secundário andam em acérrima guerra em volta da avaliação dos docentes e do escalonamento das carreiras. Os professores tendem a recusar qualquer avaliação e pugnam por uma carreira com uma só categoria. O Ministério quer impor uma avaliação que é afinal um concurso para preencher vagas e se faria segundo moldes burocráticos e não científico-pedagógicos. Lamentável conflito, posições disparatadas. O professorado tem de ser uma carreira em que se entra por concurso e com um estágio exigente, e depois passa por diferentes categorias ou funções. Estabelecer quotas para as classificações de excelente e muito bom nas avaliações é confundir avaliação com concurso; o grau de classificação deve depender só do valor do avaliado e da apreciação global do seu trabalho; depois, a passagem ou não a outra categoria ou funções dependerá de concurso, nuns casos com provas, noutros mera apreciação comparada de currículos; nem todos serão pro-

movidos, mas devem melhorar a sua posição e vencimentos com a classificação favorável na avaliação. Aconselhem-se os professores – insistimos – a seguir mestras ou a realizar doutoramentos (sem por isso passarem para o ensino superior). A avaliação não deve ser uma prova burocrática, tem de ser um balanço global do que o avaliado fez e do prestígio que alcançou (ou não); dois candidatos podem ter a mesma classificação por razões diferentes – um é melhor a dar aulas, outro tem importante obra de investigação. Indispensável contudo é que o classificador forme o seu juízo sobre a base da assistência às aulas do examinando, e por outro lado que avalie a sua cultura e a sua capacidade de iniciativas culturais e relacionamento com os alunos (organização de sessões musicais, projectos e investigação, organização de actividades desportivas ou cívicas). Avaliar é tarefa difícil, a realizar com bom senso e sabendo sopesar as diferentes componentes a fim de formar um diagnóstico global. Tarefa que deve incumbir aos professores-orientadores e a professores com a classificação de excelente, a homologar pelo Conselho pedagógico.

Consultar também a Internet
SPGL/Frentes de trabalho/
Departamento de cultura.

Protecção na parentalidade (continuação): Licença parental complementar

Na sequência da temática que tem vindo a ser abordada nesta rubrica venho agora dar a conhecer o regime jurídico de outra das vertentes da protecção na parentalidade. É ela a licença parental complementar e o respectivo regime encontra-se vertido no artigo 51º do Código do Trabalho.

É de lembrar que este regime se aplica, não só aos docentes que prestam serviço no ensino particular como também aos que exercem funções públicas, independentemente da natureza do respectivo vínculo.

Do preceito legal em questão resulta que, para assistência a filho ou a adoptado até aos 6 anos de idade, o pai ou a mãe que exerçam o poder paternal têm direito à referida licença nas seguintes modalidades:

- a) Licença parental alargada de 3 meses;
- b) Trabalho a tempo parcial durante 12 meses, com um período de trabalho igual a metade do tempo completo;
- c) Períodos intercalados de licença parental alargada e de trabalho a tempo parcial em que a duração total das ausências seja igual aos períodos normais de trabalho de 3 meses;
- d) Ausências interpoladas ao trabalho com duração igual aos períodos normais de trabalho de três meses, desde que previstas em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

Os direitos anteriormente enunciados podem ser gozados consecutivamente ou até 3 períodos in-

terpolados, não sendo permitida a cumulação de períodos do outro progenitor.

O legislador prevê uma incompatibilidade para os titulares destes direitos que consiste na impossibilidade dos mesmos exercerem, durante o período da licença em questão, outra actividade incompatível com a respectiva finalidade, designadamente trabalho subordinado ou prestação continuada de serviços fora da sua residência habitual.

O gozo desta licença impõe que o trabalhador informe, por escrito, a entidade empregadora, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente ao seu início sobre a modalidade pretendida e o início e o termo de cada período.

A licença parental alargada é subsidiada, de acordo com o disposto nos Decretos-Lei nºs 89/2009 e 91/2009, ambos de 9 de Abril, os quais regulam a prestação social na parentalidade, respectivamente para o sector público e para o sector privado. Tal subsídio corresponde a 25% da retribuição base de referência desde que a licença seja gozada 3 meses pelo pai e 3 meses pela mãe e imediatamente após a licença parental inicial ou a licença parental alargada do outro progenitor.

Finalmente, é de esclarecer que a violação dos direitos supra mencionados constituem contra-ordenação grave, nos termos dos artigos 51º nº 6 e 554º nº 3, ambos do Código do Trabalho. ■